

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIVANE BORDIGNON

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL:  
A Função Pedagógica do Serviço Social Direcionada para a Busca do  
Desenvolvimento Sustentável

FLORIANÓPOLIS

2007


MARIVANE BORDIGNON

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL:  
A Função Pedagógica do Serviço Social Direcionada para a Busca do  
Desenvolvimento Sustentável

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em  
Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro  
Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Cláudia Voigt Espínola

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 19/03/07

  
Rosana Maria Gaio  
Depo de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS  
2007

MARIVANE BORDIGNON

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL:  
A Função Pedagógica do Serviço Social Direcionada para a Busca do  
Desenvolvimento Sustentável

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:



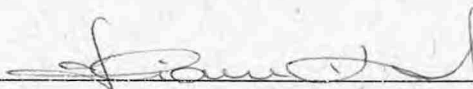
---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Cláudia Voigt Espínola



---

1º Membro: Prof<sup>a</sup> Caroline Zabendzala Linheira



---

2º Membro: Prof<sup>a</sup> Iliane Kohler

FLORIANÓPLOIS  
MARÇO, 2007.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria de Lurdes, pela árdua tarefa de nos “criar” (meu irmão e eu) praticamente sozinha, pelos sacrifícios, pela contribuição financeira... Mãe, obrigada pelo esforço e dedicação.

Ao meu irmão Evandro, pelo incentivo e pela ajuda nas situações em que mais precisei.

À Vanessa Flores, uma colega especial que descobri durante o curso, e uma amigona que inclusive desempenhou papel de “cupido”, me apresentando um rapaz que é meu precioso noivo. Obrigada por tudo mesmo amiga.

Ao meu noivo Jocemar, pelo carinho e por tudo o que significa para mim.

À UFSC, pela oportunidade de concluir esse curso, numa universidade muito boa e gratuita. E à Moradia Estudantil da UFSC, que apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, permitiu minha estada em Florianópolis para freqüentar o curso.

À professora orientadora Claudia Voigt Espínola, por ter aceitado o tema, pela paciência e compreensão.

Ao Everaldo e à Mariléia pela amizade e pelo auxílio na reta final.

E à TODAS as demais pessoas que de alguma forma contribuíram para que eu estivesse finalmente concluindo esta etapa na minha vida.

**“[...] porque agora unicamente somos disciplinados a nos satisfazer com  
objetos metálicos, de fria textura e desoladora realidade.”**

(Coletivo da Escola Paidéia, Mérida, Espanha)

## RESUMO

Este trabalho aborda a questão sócio-ambiental como resultado da relação que o homem estabeleceu com a natureza, especialmente no sistema produtivo capitalista. Faz um breve resgate histórico de como o Serviço Social vem modificando e aprimorando seus processos de trabalho frente às mudanças sociais. E, tendo em vista a interdisciplinaridade, defende que o Serviço Social atualmente é impelido a participar no enfrentamento à questão sócio-ambiental; procura-se dessa forma demonstrar que a questão sócio-ambiental representa para o Serviço Social um novo campo de trabalho, devendo-se para isso investir na sua formação. Procura-se demonstrar ainda que o Serviço Social tem capacidade para participar no enfrentamento à questão sócio-ambiental, visando esse processo de mudanças necessárias para um desenvolvimento social efetivo e sustentável, intervindo especialmente através da função pedagógica que essa profissão exerce na sociedade.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Questão Sócio-Ambiental, Interdisciplinaridade, Desenvolvimento Sustentável.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
1 O SURGIMENTO DA QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL E SEU RECONHECIMENTO ENQUANTO “QUESTÃO” .....	5
1.1 Breve Histórico sobre o Surgimento da Questão Sócio-Ambiental .....	5
1.2 A proposta do Desenvolvimento Sustentável .....	13
1.3 A Interdisciplinaridade no Enfrentamento à Questão Sócio-Ambiental .....	18
2 QUESTAO SÓCIO-AMBIENTAL: UM NOVO CAMPO DE TRABALHO PARA O SERVIÇO SOCIAL .....	26
2.1 As Transformações Societárias Transformam o Processo de Trabalho do Serviço Social .....	26
2.2 A Recente Inserção do Assistente Social na Temática Ambiental e a Necessidade de Formação do Assistente Social nesse Campo de Trabalho .....	31
2.3 A Educação Ambiental e a Função Pedagógica do Serviço Social .....	38
2.3.1 A Educação Ambiental .....	38
2.3.2 A Função Pedagógica do Serviço Social direcionada à Questão Sócio-Ambiental ..	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS .....	50
ANEXOS .....	52

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso relaciona o Serviço Social e a questão sócio-ambiental. O interesse de trabalhar com esta temática surgiu a partir de uma aula da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social, com a professora Josiane Bortoluzzi. Nessa aula, um grupo de alunas ficou responsável para organizar e coordenar uma oficina sobre esse assunto, e a professora Sílvia Régia Freitas foi convidada para socializar suas experiências. A discussão daquela aula evidenciou a possibilidade do Serviço Social trabalhar com a área sócio-ambiental.

Diante da crescente degradação ambiental, consequência de um modo de produção altamente predatório, recentemente surgiu uma preocupação com a finitude dos recursos naturais, e com a ameaça à vida no planeta. A necessidade de preservação da natureza, além de causar preocupação, também se tornou assunto da moda, sendo que muitas vezes organizações se apropriam dessa idéia mais com objetivo de marketing do que tomando medidas concretas para alcançar o fim proposto.

A sociedade passou por muitas mudanças e transformações, e as desigualdades sociais se acentuaram. Os avanços tecnológicos e científicos não beneficiam a todos. Em alguns países como o Brasil, segundo estatísticas, houve crescimento econômico, mas é perceptível o agravamento da crise social.

Para um desenvolvimento social integrado, sustentável, é necessário desenvolver de forma equilibrada todos os aspectos: sociais, econômicos, políticos, ecológicos e educacionais. O aspecto ambiental que não estava recebendo a atenção que merecia, recentemente foi reconhecido, como sendo imprescindível para o bem-estar social. O desenvolvimento social integrado está sendo buscado através da prática do chamado “Desenvolvimento Sustentável”.

Na busca pelo Desenvolvimento Sustentável, as diversas categorias profissionais necessitarão adequar suas ações em favor desse objetivo. O Serviço Social poderá intervir mais profundamente na questão sócio-ambiental; integrando e coordenando ações destinadas a conscientizar a população da necessidade de sustentabilidade, e intervindo com seus métodos e técnicas a fim de concretizar propostas nesse sentido.

O objetivo deste trabalho é defender a participação do Serviço Social no



enfrentamento à questão sócio-ambiental; propondo o exercício da função pedagógica como uma alternativa de intervenção para o Serviço Social na busca pelo Desenvolvimento Sustentável.

Este trabalho também defende que a inclusão desta nova temática, a questão sócio-ambiental, demonstra que o Serviço Social está atualizado, num momento em que a interdisciplinaridade tem se revelado a saída para a superação de diversos problemas que a humanidade vem enfrentando.

O primeiro capítulo faz um resgate histórico da época considerada o marco do surgimento das condições que desencadeariam na atual e grave problemática sócio-ambiental, no século XIX, a Revolução Industrial e a concomitante consolidação do sistema capitalista de produção; situa historicamente alguns eventos que discutiram a problemática e a reconheceram como uma questão social. Ainda no primeiro capítulo se discute sobre o caminho que vem sendo apontado para superar a problemática, que é a busca por um Desenvolvimento Sustentável, abordando por último a interdisciplinaridade, que representa um desafio e a condição para o desafio ainda maior que é o Desenvolvimento Sustentável.

No segundo capítulo, a questão sócio-ambiental é abordada como um novo campo de trabalho para o Serviço Social, argumentando-se e discutindo-se inicialmente como as transformações societárias sempre fizeram com que o Serviço Social adequasse seus processos de trabalho à nova realidade. Mais adiante, é abordada a postura do Serviço Social diante dessa problemática, considerada uma questão que envolve todos; e ainda, como o Serviço Social pode contribuir no enfrentamento dessa problemática, e a importância de sua intervenção.

## **1 O SURGIMENTO DA QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL E SEU RECONHECIMENTO ENQUANTO “QUESTÃO”.**

Este capítulo aborda o surgimento da questão sócio-ambiental, como um produto do atual sistema produtivo e como consequência do modo de relacionamento do ser humano com a natureza. Analisa brevemente a relação de domínio que o ser humano passou a exercer sobre a natureza, a “superexploração” dos recursos naturais, e de como a cultura muitas vezes ignora que o ser humano continua sendo parte da natureza, contribuindo para a manutenção dessa realidade e intensificando a questão sócio-ambiental.

Em seguida será abordado o caminho que vem sendo apontado para a superação desta que vem se configurando uma crise sócio-ambiental, este caminho é o do Desenvolvimento Sustentável. A questão sócio-ambiental, vista pela ótica do Desenvolvimento Sustentável demonstra a necessidade da abordagem interdisciplinar.

Por último, se discorre sobre a interdisciplinaridade no enfrentamento à questão sócio-ambiental, que vem sendo reconhecida como um princípio básico para a superação dessa realidade.

### **1.1 Breve Histórico sobre o Surgimento da Questão Sócio-Ambiental**

A ação altamente predatória do homem sobre a natureza é um fenômeno histórico recente, iniciado com a Revolução Industrial, e a concomitante consolidação do sistema capitalista.

A partir da Revolução Industrial, deu-se início a uma crescente exploração dos recursos naturais. O capitalismo industrial caracterizou-se pelo desenvolvimento das forças produtivas; impulsionando uma incessante invenção de novos produtos e a criação de novas necessidades de consumo. Esse sistema produtivo capitalista é o principal causador dos desastres ecológicos ocasionados pelo homem<sup>1</sup>.

Foi com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, que o capitalismo surgiu e se consolidou enquanto política e prática

---

<sup>1</sup> Mas não o único, segundo Brügger (1994) existem estudos realizados por antropólogos como o da extinção dos moas, aves que parecem ter sido extintas devido à superexploração pelo povo dos maoris que chegou à Nova Zelândia, há cerca de mil anos.

econômica, embora se fale em capitalismo mercantil para designar o período anterior em que à atividade econômica dominante era o comércio. (Brum, 2000)

De acordo com Catani (1995), existem duas correntes explicativas sobre o surgimento do capitalismo: uma que se baseia na teoria de Max Weber, abordando essencialmente a perspectiva cultural, e a outra de Karl Marx, com uma abordagem histórica. A última abordagem entende o capitalismo como decorrente da Revolução Industrial, e é a adotada pelos autores consultados para este trabalho.

O ponto de partida deste trabalho, então, é de que a origem da atual crise sócio-ambiental tem início com a Revolução Industrial e com a concomitante consolidação do sistema capitalista. O período que teve início com esses acontecimentos foi marcado por grandes avanços tecnológicos e científicos. Avanços esses que geraram grande “desenvolvimento”, mas um desenvolvimento desintegrado ao provocar também o agravamento da crise social e o surgimento da crise ambiental.

Segundo Brum (2000, p 33), existem três fases da Revolução Industrial: Na primeira fase, *“as duas características mais marcantes foram a invenção da máquina e seu uso no processo produtivo e a utilização do vapor como força motriz”* Assim surgiram as fábricas e as indústrias. Na segunda fase, o motor de explosão deu origem ao automóvel e ao avião. O petróleo e a eletricidade foram incorporados como novas fontes energéticas. Nesta fase, os Estados Unidos da América, dominando novos conhecimentos e inventos, começam a consolidar sua hegemonia no mundo. A terceira fase inicia com a difusão do uso da energia nuclear, mas é a informática e a robótica que marcam essa fase, paralelamente com o avanço da Biotecnologia.

Todos esses avanços provocaram importantes mudanças sociais. Uma dessas mudanças ocasionadas pela industrialização foi o crescimento da população urbana.

A industrialização acelerou também o processo de urbanização. As fábricas, instaladas nas cidades, atraíram a população. Com a indústria, cresceram também o comércio e os serviços. Em consequência, o êxodo rural adquiriu mais velocidade. Por múltiplas razões, a cidade tornou-se mais atrativa. (Brum, 2000, p 177)

A migração para as cidades em alguns países provocou o chamado inchaço urbano,

e a falta de qualificação muitas vezes provocou o desemprego.

Nas cidades essas pessoas inicialmente engrossaram o exército industrial de reserva, subempregados ou desempregados e com poucos recursos, ocuparam áreas desprotegidas das cidades, formando as favelas. Este processo de degradação social ocorre juntamente com a degradação ambiental, e resultam em uma intensificação do padrão de produção e consumo industrial firmado nas regras do mercado. Esta crise foi e ainda é sustentada pelo capitalismo<sup>2</sup> [...]

Essas mudanças trouxeram crescimento econômico e “conseqüências negativas” à organização da sociedade, como o desemprego (este é apenas um deles), que ocorre quando a venda da força de trabalho, que constitui o meio de satisfação das necessidades vitais, não é absorvida. Este e outros problemas atingem principalmente as camadas economicamente mais fracas da sociedade, intensificando as desigualdades sociais, e portanto, a questão social ganha uma maior dimensão.

Segundo Netto (2004, p 42), as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” tenha surgido na Europa Ocidental, quando esta “*experimentava os impactos da primeira onda industrializante*”, para caracterizar a pauperização da população trabalhadora. A sociedade estava diante de um fenômeno novo, “*era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava*”.

\* Netto aborda a análise da acumulação capitalista, realizada por Marx, e afirma que:

*O desenvolvimento capitalista produz diferentes manifestações da ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (Netto, 200, p 45)*

A questão social então é conseqüência do capitalismo industrial. Segundo Iamamoto (2002):

<sup>2</sup> Citação retirada do site [www.agbcuritiba.hpg.ig.br](http://www.agbcuritiba.hpg.ig.br), acesso em 04 julho de 2006.

*A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Esta é uma lei estrutural no processo de acumulação capitalista. (2002, p 26)*

O processo de acumulação capitalista é sustentado pela exploração da força de trabalho, “*causadora do crescente empobrecimento material e espiritual da classe trabalhadora*” (Abreu, 2002, p 49).

O pressuposto básico da administração científica traduz-se na idéia de que é possível assegurar o máximo de prosperidade para o patrão e o empregado, como resultado da máxima produtividade obtida pela combinação entre altos salários e baixo custo, sustentáculo de uma presumida superação dos antagonismos classistas. De fato, tem-se o máximo de exploração da força de trabalho, em troca da garantia de algumas condições a subsistência do trabalhador no limite dado pelo processo de acumulação do capital. (Abreu, 2002, p 62)

Através do poder de influência que as classes hegemônicas possuem sobre a cultura, estas defendem seus interesses criando mecanismos de adesão e consentimento dos trabalhadores aos interesses da acumulação capitalista, mecanismos que beneficiam as classes hegemônicas. Os trabalhadores são levados a se submeterem à elevação do ritmo e do tempo do trabalho como única possibilidade de melhoria de suas condições de vida.

O sistema capitalista tem como base o livre mercado, em que prevalece a lei do mais forte, favorecendo dessa forma o surgimento das desigualdades e injustiças sociais. O objetivo do lucro obscurece valores e princípios como, por exemplo, a solidariedade. As principais debilidades do sistema capitalista residem na ampliação dos problemas sociais como o desemprego, a radicalização das desigualdades sociais, proteção social mínima, e no desencadeamento da crise ambiental.

O sistema de produção capitalista, que tem como objetivo o lucro, gera a concorrência e a competição, estimulando o crescimento da produção industrial e a criação de novas necessidades de consumo. A expansão das forças produtivas gerou o aumento no padrão de consumo e produção. Atualmente o mundo convive, de um lado, com o

“consumismo desenfreado”, e de outro, com uma parte da população que encontra dificuldades para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Nesse sistema, de acordo com Brum (2000, p 32), *“Os aspectos de justiça social acabam sendo sacrificados em nome da eficiência produtiva e da eficácia do lucro. (...) A obsessão pelo lucro máximo provoca a concentração da propriedade, da riqueza e da renda.”*

Impulsionada pelo capitalismo, o consumismo afeta de forma significativa o “equilíbrio ambiental”. O consumismo intenso valoriza a competição exacerbada e o individualismo egoísta (Guimarães, 2005). Isso demonstra que o estilo de vida industrial e urbano, dessa forma, é insustentável.

Visando mais lucro, muitas das “necessidades” de consumo são fabricadas pelo sistema, que se utiliza de ideologia, propagada principalmente pela mídia, que tem o objetivo de vender, gerando a produção e consumo de “bens supérfluos”.

Sem dúvida, o modo de produção que nasceu com a Revolução Industrial modificou, sem precedentes históricos, a relação dos homens entre si e com a natureza (Brügger, 1994).

As relações mercantis cresceram e as antigas comunidades com suas culturas tradicionais foram se esfacelando e sendo absorvidas pela “cultura tecnológica”. O “êxodo” dos campos em direção às cidades instituiu o viver individual em detrimento do viver em comunidade. (Brügger, 1994, p 56)

Tais processos atingem as formas de sociabilidade. O individualismo é reforçado pela necessidade de “se virar no mercado”, este tido como eixo regulador da vida social. (Iamamoto, 2002, p 30).

O individualismo e o imediatismo<sup>3</sup> são características resultantes do modo de “relacionamento” no sistema capitalista, que contribuem intensamente na consolidação e emergência da questão ambiental, e são contraditórias ao desenvolvimento sustentável, pois não levam em consideração a convivência harmônica dos homens entre si e com a natureza.

É devido às implicações sociais acima citadas e às implicações ambientais do

---

<sup>3</sup> Ação de satisfazer “necessidades” momentâneas sem prever as conseqüências futuras.

sistema produtivo industrial que surgiu a denominação questão sócio-ambiental. Embora se utilize em alguns contextos apenas a denominação questão social ou questão ambiental, no sentido de contemplar mais especificamente uma realidade, elas estão interligadas pelo motivo causal.

Existe uma relação entre a crise social que enfrentamos e a emergente crise ambiental. Não há um desenvolvimento social integrado. A crise social se manifesta, acima de tudo, pela forma altamente desigual com que os bens da natureza e da cultura são apropriados pela população. E a crise ambiental, de acordo com Boff (2003), é resultado da relação de domínio e da relação não harmônica estabelecida pelo homem com a natureza, em favor de interesses utilitaristas.

A relação de exploração e desrespeito da sociedade capitalista industrial com diversos ecossistemas deste planeta, e com o próprio ser humano foi, portanto, o motivo que originou a questão sócio-ambiental. A exploração com vistas ao lucro do sistema capitalista que vem acontecendo em relação ao meio ambiente, inclui o ser humano. Ou seja, o ser humano também é explorado, através do trabalho escravo, da remuneração injusta, e do descumprimento de leis que protegem o direito à igualdade entre os seres humanos e que, portanto, deveriam manter uma ordem social.

Por isso, a denominação questão sócio-ambiental deriva, por um lado, dos impactos ambientais causados pela espécie humana no planeta; e por outro, pela crise social, ocasionada por este modo de produção, que prejudica não só aos ecossistemas, mas ao próprio ser humano, devido aos efeitos da degradação ambiental.

A emergência da questão ambiental é historicamente nova. Começou a ser mais amplamente discutida somente no final da segunda metade do século passado. O movimento ecológico<sup>4</sup> enquanto movimento social global surgiu na década de 1960, e a expressão Desenvolvimento Sustentável, popularizou-se apenas na década de 1980. (Brügger, 1994, p 31)

O debate sobre a relação “meio ambiente – desenvolvimento” tem início nos anos de 1970, quando assumem visibilidade publicações que pretendem mostrar a finitude dos recursos naturais com o atual modo de produção capitalista, e seus impactos globais. O Objetivo é o de elevar a problemática ambiental a um plano de visibilidade na agenda

---

<sup>4</sup> Relativo à Ecologia: Estudo das relações dos seres vivos com o ambiente em que vivem.

política internacional. Os sinais da crescente conscientização podem ser observados a partir da Conferência das Nações Unidas, realizada em Estocolmo em 1972. (Jacobi, 2005)

O movimento ecológico no Brasil emergiu na década de 1970, durante a ditadura militar, quando a burguesia nacional se articulava para atrair capitais estrangeiros para o país, com o pretexto de estimular o desenvolvimento do Brasil. Internacionalmente, o movimento ecológico exigiu que as instituições estrangeiras investissem no país somente se algumas exigências preservacionistas fossem cumpridas pelo Brasil. Assim, antes de haver de fato aqui um movimento ecológico, o Estado criou instituições para gerir o meio ambiente, com o objetivo de viabilizar a entrada dos investimentos estrangeiros.

Posteriormente, o retorno dos exilados políticos, que conheceram a atuação desses movimentos ecológicos no exterior, contribuiu para *enriquecer o nascente movimento ecológico brasileiro* (Brügger, 1994: 31-32).

Nas décadas de 1980 e 1990 o avanço da crise ambiental e o aprofundamento dos problemas econômicos e sociais para a maioria das nações, e a crescente desigualdade entre as regiões, reforçou a importância de se adotar esquemas integradores. Embora esses processos inicialmente fossem concebidos sem vinculações evidentes, hoje se torna explícita a necessidade de se repensar os paradigmas existentes, e de se adotar um novo paradigma direcionado à sustentabilidade<sup>5</sup> (Jacobi, 2005).

Os projetos de institucionalização encontram no conceito de Desenvolvimento Sustentável, um meio adequado para a disseminação dessa visão crítica sobre o modo de produção capitalista, devido aos seus efeitos devastadores. Nesse sentido, a Conferência Rio 92 pode ser caracterizada como ponto culminante desse projeto de institucionalização e de um novo arranjo teórico e político do debate em torno da problemática ambiental. A sustentabilidade transforma-se no carro-chefe do paradigma de desenvolvimento de 1990. (Jacobi, 2005, p 236)

Com relação aos marcos históricos que materializaram a preocupação com a questão ambiental, destacam-se a publicação do relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92 ou Rio

---

<sup>5</sup> Se refere ao equilíbrio nas relações do homem com seu "meio", através da manutenção da capacidade de autopropriedade dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que respeita a capacidade dos sistemas sociais de inovar e criar.



92), a Agenda 21, documento resultante da referida Conferência. Entres outros encontros em que foram estabelecidos tratados internacionais. (Leiras, 2004, p 23)

Seguindo uma tendência mundial, a preocupação com os recursos naturais do meio ambiente<sup>6</sup> vem aumentando no Brasil, que possui um território muito rico em recursos naturais. Dessa forma se espera que tanto o poder público quanto as entidades não governamentais se mobilizem para preservar esse patrimônio.

Segundo Leiras (2004) a PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente deve ser compreendida como um conjunto de instrumentos legais, técnicos, científicos, políticos e econômicos destinados a promover um desenvolvimento equilibrado.

Na legislação brasileira algumas das principais leis relacionadas ao meio ambiente são as seguintes:

- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Considerada uma das leis mais importantes da área ambiental, trata da Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Prevê a indenização a ser paga por quem causar danos ambientais. Esta lei criou os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), para serem realizados em grandes obras que possam causar reflexos negativos ao meio ambiente.

- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Reorganiza o que já existia na legislação brasileira quanto às infrações e punições aplicáveis aos autores de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. A água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado. Versa sobre os múltiplos usos da água e estabelece o consumo humano como uso prioritário .

- Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estabelece as diretrizes da política urbana. O chamado Estatuto das Cidades estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, segurança, e bem estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

- Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 – Cria o Conselho Nacional de

---

<sup>6</sup> Meio ambiente é lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmicas e em interação. Envolvendo, assim, a transformação do meio natural e o meio construído. (Reigota, 1995 apud Leiras, 2004)

Biossegurança. Normatiza a segurança e os mecanismos de fiscalização sobre o trabalho com organismos geneticamente modificados. Visa proteger a natureza, sem causar prejuízo ao desenvolvimento tecnológico e às pesquisas nas áreas de biossegurança e biotecnologia.

A legislação brasileira é considerada uma das mais bem elaboradas do mundo, mas muitas dessas leis não são cumpridas com rigor. Cabe à sociedade cobrar do poder público uma aplicação efetiva da legislação, através da fiscalização pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pela Polícia Ambiental, e da atuação da esfera judicial dos Ministérios Públicos Federal e Estadual .

As ameaças provocadas pelos fenômenos como o aquecimento global e o buraco na camada de ozônio, entre outros, demonstram a necessidade de cumprimento de leis, normas e protocolos, que propõem a redução e eliminação das atividades que possam desequilibrar a natureza e o meio ambiente. Diante da gravidade da degradação ambiental e da acentuada desigualdade social, torna-se imediatamente necessário buscar um novo modo de produção e seguir com seriedade os princípios do chamado Desenvolvimento Sustentável.

## **1.2 A Proposta do Desenvolvimento Sustentável**

O significado da palavra desenvolvimento é amplo, mais do que faz supor o capitalismo, indo além do crescimento econômico. Para Jacobi (2005), a base material do processo de desenvolvimento deve ser considerada um meio e não um fim. E ao acrescentar-se o termo sustentável ao desenvolvimento significa um desenvolvimento equilibrado e integrado.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da ‘insustentabilidade’ ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

(Almeida, 2001, p 21)

O surgimento da sociedade tecnológica ao provocar profundas alterações na vida sócio-ambiental, tornou necessária a criação de alternativas no sentido de propor novos

rumos para o sistema global. A alternativa que vem sendo difundida é a do Desenvolvimento Sustentável. O termo “Desenvolvimento Sustentável”, segundo Brügger (1994, p 69) “tem sido reivindicado por diferentes setores sociais, como forma de minimizar ou mesmo remediar a atual crise ambiental planetária.”

O conceito de Desenvolvimento Sustentável começou a ser difundido na década de 1980, como um novo paradigma, tendo como princípio a integração entre a conservação da natureza e o desenvolvimento social, ou seja, o estabelecimento de um relacionamento equilibrado com o meio, satisfazendo as necessidades humanas fundamentais com equidade.

O Desenvolvimento Sustentável segue uma direção em que rompe com o antropocentrismo que faz do homem a única referência, e no ponto de vista ambiental, visa superar a concepção de natureza que faz com que “*a natureza seja vista na condição de simples recurso para a produção de bens*”. (Montibeller-Filho, 2001, p 43) Concepção esta que a torna subordinada aos interesses econômicos.

O antropocentrismo encontra embasamento na cultura judaico-cristã. A maneira como o homem, especialmente o ocidental encara o seu “meio ambiente” deriva em parte da ideologia judaico-cristã, segundo a qual o homem foi feito à imagem de Deus, tendo portanto o direito de dominar o mundo: “*Deus os abençoou e disse: Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a terra.*” (Gênesis, 1, 28)

Brügger (1994) diz que é possível que essa leitura da Bíblia tenha contribuído para o domínio do homem sobre a natureza, transformando esta “*em um inimigo a ser derrotado e os recursos naturais em espólios a serem saqueados.*” Dessa idéia deriva aquela noção de progresso que equivale por vezes ao controle da natureza e do mundo natural.

Mas, segundo Brügger, essa ideologia sozinha não teria se perpetuado por séculos sem uma “*sustentação de ordem prática*”, é através das relações econômicas que a oposição sociedade – natureza se materializou. A separação homem – natureza foi reforçada ainda pela ciência, como vai ser explicado no item seguinte.

O seguinte conceito de Desenvolvimento Sustentável adquiriu legitimidade com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” em 1987, resultante da reunião de

especialistas de diversos países, membros da Comissão Mundial do meio ambiente (criada em 1983). Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende a necessidade do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Existe mais do que uma interpretação e/ou idéia a respeito do chamado Desenvolvimento Sustentável, mas a concepção de desenvolvimento sustentável acatada neste trabalho é a de ruptura com o atual modelo de produção, propondo uma mudança que reconheça a necessidade de preservação da natureza, e o meio ambiente como um fator de qualidade de vida, integrando dessa forma um novo conceito de natureza à cultura. Ou seja, um desenvolvimento social integrado, que busque o equilíbrio no desenvolvimento entre os aspectos: social, econômico, político, ecológico e educacional.

Segundo Almeida (2001), a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado a idéia parte da esfera da economia, sendo a natureza incorporada à cadeia de produção, como um bem de capital; de outro busca-se a superação da hegemonia do discurso econômico, indo além da visão instrumental.

A concepção econômica do desenvolvimento sustentável aponta a adoção de mecanismos de mercado para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais, fazendo com que a luta social pelo controle dos recursos naturais passe cada vez mais pelo mercado do que pela esfera política. (Almeida, 2001)

Mas esse modelo está sendo questionado: esses mecanismos, comandados pelo setor privado, seriam realmente capazes de converter a lógica predatória do mercado em um freio à degradação ambiental?

Através da responsabilidade social empresarial, empresas começaram a desenvolver projetos ligados à problemática ambiental, mas com um claro objetivo de marketing, utilizando-se de slogans de amiga da natureza, mas, no entanto, continuam com práticas “ecologicamente” incorretas, demonstrando que na prática prevalecem os interesses econômicos. Vencer a idéia do lucro a qualquer custo representa um desafio para o Desenvolvimento Sustentável.

A responsabilidade sócio-ambiental empresarial é uma boa iniciativa, mas o investimento de fato nessa área está muito aquém dos prejuízos sócio-ambientais causados pelo atual modelo civilizatório, consumista de recursos, capitais e bens. Por exemplo,

Guimarães (2005, p 14) diz que não basta apenas selecionar o lixo para ser reciclado, os valores consumistas terão que ser alterados, diante do crescente volume de lixo nas sociedades modernas.

Brügger (1994) critica como o desenvolvimento sustentável é interpretado pelos conservadores, defensores do sistema capitalista. E adverte:

*Precisamos ir além de definições como garantir as necessidades do desenvolvimento agora sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades, que além de terem se tornado um verdadeiro lugar-comum, não explicitam quem sejam as gerações futuras: a maioria da população ou uma elite sócio-econômica ainda menor do que a de hoje? (Brügger, 1994, p 74)*

Apesar das premissas básicas terem bastante consenso, para Jacobi (2005) o “Desenvolvimento Sustentável” tem se convertido num conceito plural; existem diferentes concepções de desenvolvimento em jogo. A noção de desenvolvimento sustentável, segundo Almeida (2001) é genérica, ou seja, pouco precisa e que por isso está sujeito a diferentes concepções e definições, reforçando a necessidade de cautela ao abordar idéias e conceitos.

Sobre essa noção Brügger alerta:

*É preciso pois nos apropriarmos politicamente da expressão ‘Desenvolvimento Sustentável’. A nossa omissão poderá fazer com que ela se transforme em um mero eufemismo, capaz de ocultar sob uma ‘maquiagem verde’ as mesmas estruturas que vêm causando a degradação da vida, sobretudo em nosso século. (Brügger, 1994, p 75)*

A concepção de desenvolvimento sustentável que aposta no mercado para solucionar a problemática ambiental possui limites. O desenvolvimento sustentável dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado corre o risco de servir para legitimar novamente a expansão insustentável do capitalismo. Sendo que a busca desta expansão constante é inerente ao sistema capitalista.

A outra concepção de desenvolvimento sustentável, adotada neste trabalho, é baseada na superação da hegemonia da esfera econômica, entendendo que a economia não deve ser tomada como instituinte do campo social, mas instituída por este. Portanto, para esta concepção a participação política dos cidadãos implica no deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética.

Essa idéia de Desenvolvimento Sustentável tem por objetivo a proteção do homem e da natureza; surgiu como uma *nova bandeira de luta, como reação social e política à racionalidade econômica*, e representa um contra-movimento destinado a frear e regular o mercado.

Esta concepção enfrenta muitos desafios para se concretizar, pois hoje a nova dinâmica de expansão e reprodução do sistema capitalista mundial, conhecida como globalização econômica produtiva e financeira, vem reduzindo barreiras e dessa forma intensificou a hegemonia do mercado contra os Estados, nitidamente prevalecendo o *domínio da economia sobre a política e contra a sociedade*.

Comumente crescimento econômico e desenvolvimento são entendidos como sinônimos. Segundo Brügger (1994) isso ocorre porque a sociedade industrial tornou dominante a visão de mundo que toma o avanço tecnológico como um importante parâmetro de progresso e desenvolvimento. Por isso decisões são tomadas com a justificativa do desenvolvimento social, mas às vezes encobre o interesse pelo crescimento econômico que não beneficia a sociedade na sua totalidade, mas apenas alguns segmentos.

O processo de modernização também é comumente assimilado como sinônimo de Desenvolvimento, segundo Almeida:

*Seguidamente a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização... A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo, se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização é um processo, e, desenvolvimento uma política.*  
(Almeida, 2001, p 19)

Jacobi (2005) explica que a complexa relação entre desenvolvimento e meio ambiente emerge do conceito de desenvolvimento, que é colocado como uma forma de

modificação da natureza, visando atender às necessidades humanas, e que por sua vez causa impactos, entre eles os impactos ambientais.

Um ponto de vista otimista é o de que a crise sócio-ambiental que enfrentamos represente o advento de um novo estilo de desenvolvimento, configurando o fim do atual “*estilo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo.*” (Jacobi 2005, p 235 apud Guimarães 2001, p 51)

A mudança de rumo apontada pelo Desenvolvimento Sustentável considera os direitos das gerações futuras, contrariando o imediatismo ditado pelo sistema de produção. O imediatismo presente na racionalidade de mercado representa um obstáculo ao ideário de sustentabilidade, pois impede projetos de longo prazo.

*Desenvolvimento Sustentável, nesse sentido, deve ser aquele que invoca uma nova ética, uma redefinição do que seja o bem-estar material e espiritual, em função da maioria da população, revertendo o presente estado de degradação da vida. Nessa nova ética, os conceitos hegemônicos de meio ambiente, ciência, tecnologia e educação (englobando todas as vias de formação do conhecimento) devem passar por uma profunda revisão epistemológica, pois se encontram, no quadro atual, inextricavelmente associados às causas dessa degradação da vida, na medida que alicerçam, ideológica e materialmente, o sistema de produção dominante. (Brügger, 1994, p 75)*

Essa revisão epistemológica defendida como sendo necessária para tornar possível um desenvolvimento efetivamente sustentável, requer uma postura interdisciplinar.

### **1.3 A Interdisciplinaridade no Enfrentamento à Questão Sócio-Ambiental**

A alternativa que vem sendo apontada para a superação da problemática ambiental é a do chamado Desenvolvimento Sustentável que propõe a interdisciplinaridade como uma condição essencial para sua efetivação, pois só dessa forma será possível atender as exigências que a complexidade que envolve a problemática requer.

A interdisciplinaridade, de acordo com Ely (2003), corresponde a um nível avançado de cooperação e coordenação, de forma que *todo conhecimento seja valorizado, com relações de intersubjetividade e de co-propriedade baseadas em uma atitude de diálogo;*

havendo respeito à autonomia e à criatividade inerentes a cada uma destas áreas.

A complexidade nas relações homem – natureza evidenciada pela questão sócio-ambiental, demonstra que as diferentes áreas de conhecimento, isoladamente, não conseguirão solução efetiva para a referida questão, exigindo uma reorganização interdisciplinar, ou seja, uma integração de saberes.

A excessiva especialização de partes específicas de um todo, fez com que se tornasse menos clara a noção da relação das partes com o todo. “A fragmentação do saber originou profissionais cada vez mais especializados, cujas competências não conseguem atender às exigências e complexidades dos problemas atuais.” (Ely, 2003, p 114) Diante desta realidade buscou-se valorizar a interdisciplinaridade, como um enriquecimento mútuo e com um relacionamento horizontal entre as diferentes áreas de conhecimento.

A ciência criou classificações para aprofundar a compreensão das partes, mas ao separar excluiu, e então, perdeu-se um pouco a noção de interdependência e de complexidade. A interdisciplinaridade é um resgate dessa noção pelos especialistas das mais diversas áreas, pois esta abordagem compreende as relações de interdependência.

A ênfase na interdisciplinaridade na análise das questões ambientais, segundo Jacobi (2005), deve-se à constatação de que as causas desses problemas não se restringem apenas aos fatores estritamente biológicos, revelando dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais.

A questão sócio-ambiental evidencia bastante essa relação de complexidade, e o seu enfrentamento demonstra que as ciências naturais, as ciências sociais e outras áreas, necessitam se integrarem para solucionar o problema. O enfrentamento da problemática ambiental, geralmente é associado como correspondente à área das ciências naturais, mas começou-se a concluir que não basta o trabalho puramente técnico da Biologia, por exemplo; é imprescindível o trabalho de conscientização para uma mudança no estilo de vida.

Nossa cultura enfrenta o desafio de reintegrar o homem à natureza. O homem se diferencia dos demais animais pelo seu poder e capacidade de transformar a natureza, através da criatividade e do planejamento; desenvolveu também a capacidade de controle determinados aspectos da natureza, mas o homem continua estando sujeito às suas leis e fazendo parte dela. Sobre isso, Guimarães (2005) diz que a interdisciplinaridade



possibilitará uma assimilação maior dessa relação homem – natureza.

*A separação entre ser humano e natureza reflete-se em toda a produção humana, em particular no conhecimento produzido por esse modelo de sociedade. A fragmentação do saber, representado pelas especializações do conhecimento, aprofundou a compreensão das partes. Contudo, o ambiente é também uma unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente. (Guimarães, 2005, p 12)*

É cada vez mais notória a necessidade de engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, de capacitação dos profissionais e da comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Segundo Jacobi (2005), as experiências interdisciplinares são recentes e incipientes, até mesmo em nível de pós-graduação. O que prevalece são práticas multidisciplinares, ou seja, a junção de disciplinas, mas sem cooperação entre elas. Por isso, que o desafio da interdisciplinaridade é o de buscar a interação entre as disciplinas, superando a compartimentalização científica provocada pela excessiva especialização.

Atualmente se referir à interdisciplinaridade, segundo Ely (2003), é quase um modismo, a interdisciplinaridade é utilizada para designar iniciativas que nem sempre se constituem verdadeiramente interdisciplinares, muitas vezes ela é identificada simplesmente com um projeto desenvolvido por um conjunto de profissionais de distintas áreas de conhecimento, às vezes sem nenhuma cooperação, o que caracterizaria uma equipe multidisciplinar.

Para Leff (1999), a interdisciplinaridade vai além da conjugação de disciplinas, possui uma compreensão abrangente, uma abordagem sistêmica. A abordagem sistêmica da perspectiva da problemática ambiental inclui as implicações sócio-econômicas associadas ao desenvolvimento tecnológico, demonstrando a necessidade de limites, e dessa forma, forçando uma adequação à capacidade de regeneração dos ecossistemas.

*“[...] A interdisciplinaridade ambiental não é nem somatório nem a articulação de disciplinas...” (Leff, 1999, p 115)* De acordo com Leff, a interdisciplinaridade necessária para o enfrentamento da questão sócio-ambiental vai além dessa noção. Essa idéia de interdisciplinaridade requer uma revisão epistemológica. A interdisciplinaridade significa

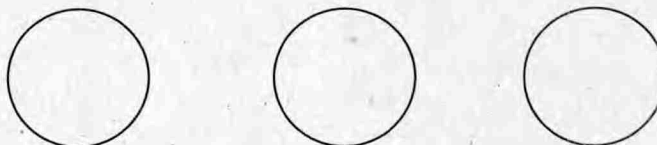
um método para um conhecimento integrado, uma resposta à crise da racionalidade da modernidade.

*Na perspectiva desta racionalidade ambiental, a interdisciplinaridade é mais que o somatório das ciências e dos saberes herdados; implica na problematização e na transformação dos conhecimentos que gera o conceito de ambiente.*  
(Leff, 1999, p 124)

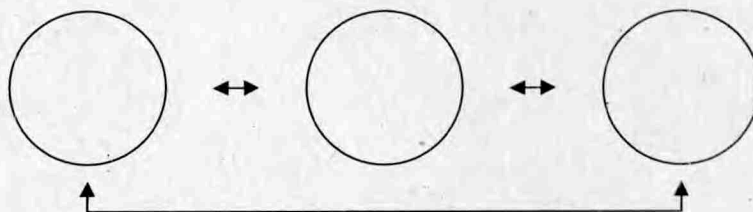
Segundo Nogueira (1997) apud Ely (2003), há possibilidade de efetuar o estudo da interdisciplinaridade a partir de duas abordagens. A primeira relaciona-se com a construção do conhecimento, ao proporcionar “a implantação de uma visão holística e a formação de uma postura crítica”, e a segunda abordagem da interdisciplinaridade concentra-se na sua aplicação como método interventivo, nas equipes de trabalho constituídas por profissionais de diversas qualificações.

Existem conceitos no âmbito da intervenção interdisciplinar, que se diferenciam pelo grau de cooperação e coordenação, segundo Vasconcelos (1997) apud Ely (2003). São eles:

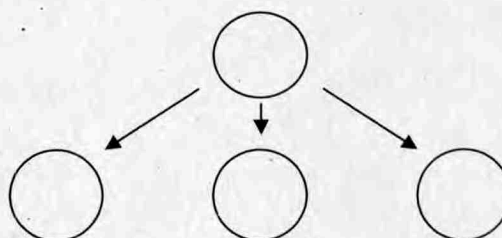
- **Multidisciplinaridade:** O trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas. Conforme indica a figura abaixo, há um conjunto de disciplinas, mas sem cooperação entre elas, ou seja, atuam de forma isolada.



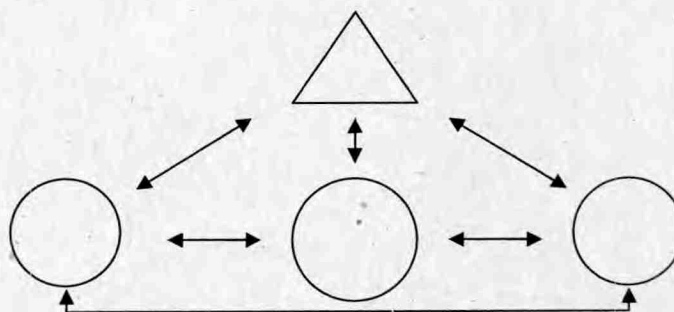
- **Pluridisciplinaridade:** As disciplinas agrupam-se de forma justaposta, com cooperação, porém cada profissional decide isoladamente; como a figura seguinte indica.



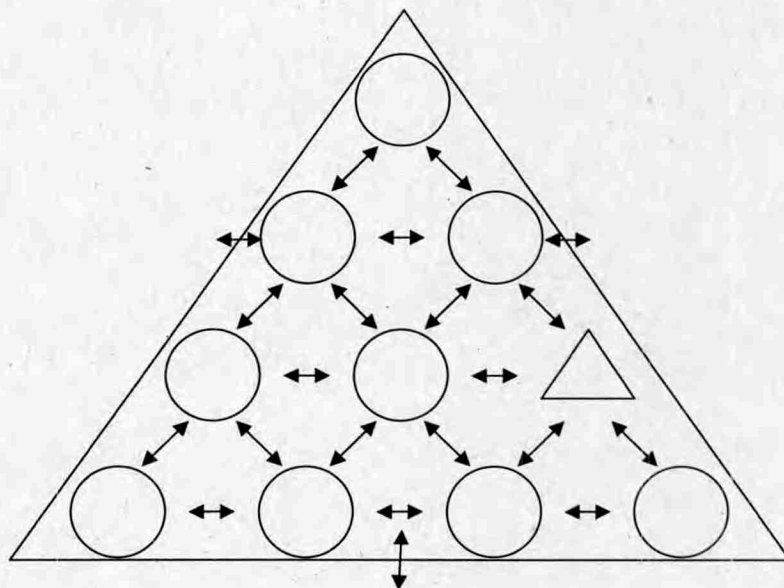
- Interdisciplinaridade auxiliar: Uma disciplina predomina sobre as demais, coordenando-as; como exemplifica a figura seguinte.



- Interdisciplinaridade: As relações profissionais e de poder tendem à horizontalidade, as estratégias de ação são comuns e estabelece-se uma troca recíproca de conhecimento entre as diferentes disciplinas; conforme demonstra a figura abaixo.



- Transdisciplinaridade: A coordenação é realizada por todas as disciplinas e interdisciplinas, propondo a criação de um campo com autonomia teórica, disciplinar e operativa, como a figura seguinte procura demonstrar.



Irigalba (2005) diz que uma das dificuldades no trabalho com outros profissionais, especialmente no caso de equipes interdisciplinares está relacionada com a linguagem. Cada categoria profissional utiliza alguns termos, que nem sempre para as demais categorias possui uma definição clara ou o mesmo entendimento a respeito. E a área ambiental possui diversos termos e conceitos que precisam ser socializados. Por isso Irigalba diz que uma das primeiras tarefas a serem cumpridas é a de transmitir e compartilhar termos e significados comuns. “Assim, a questão da linguagem coloca-se como principal veículo de expressão da nova concepção de mundo.” (Abreu, 2002, p 137)

Irigalba (2005) afirma ainda que é na interdisciplinaridade que está um dos principais momentos-chave para a integração do social com o ecológico e/ou ambiental, e portanto, um momento-chave para uma maior inserção do Serviço Social nesse novo campo de trabalho, que significa para o Serviço Social a questão sócio-ambiental. A interdisciplinaridade é também uma oportunidade magnífica para demonstrar a relevância da dimensão social na análise da problemática ambiental.

*É extremamente importante reafirmar que estar atento para este espaço cria a possibilidade do Serviço Social expandir seu campo de atuação para áreas ainda desconhecidas ou pouco exploradas pela profissão. Nesta relação de troca de saberes, o Serviço Social tem a oportunidade de socializar com as demais áreas do*

*conhecimento as suas reais especificidades e habilidades e, dependendo da competência do profissional, até romper com o “preconceito” que estas áreas historicamente atribuem à formação de assistente social. (ELY, 2003, p 116)*

Leiras (2004) ressalta que há a possibilidade e a necessidade de inserir a questão ambiental em todas as áreas de intervenção do Serviço Social. O Serviço Social possui capacidade de trabalhar a temática ambiental ao desempenhar seu papel pedagógico. E que a contribuição do Serviço Social pode ser significativa, inclusive, como formulador de políticas públicas.

Segundo Yamamoto (2001) apud Leiras (2004), o novo dimensionamento político solicita ao Serviço Social novas requisições teóricas, intelectuais e prático-operativas. E Yamamoto contribui com a defesa da inclusão desta nova temática que é a ambiental no fazer profissional do Serviço Social, dizendo que decifrar a realidade e detectar demandas emergentes no cotidiano constitui um importante desafio para o Serviço Social.

Através da interdisciplinaridade o Serviço Social é chamado a intervir na questão sócio-ambiental. E para tal intervenção deve capacitar-se e desenvolver a abordagem interdisciplinar. A interdisciplinaridade é uma primícia no enfrentamento da questão sócio-ambiental, e, portanto, os profissionais da área social, entre eles os assistentes sociais, precisam saber trabalhar nesta perspectiva.

Para evitar consequências limitadoras de nossas análises, segundo Irigalba (2005), deveríamos relativizar nossos pontos de vista, procurando completar e complementar nossos pontos de vista com o dos demais profissionais que abordam a mesma questão sob ângulos diversos. Pensando e agindo desta forma estamos praticando a interdisciplinaridade.

“A questão ambiental gera assim um saber que leva a uma transformação dos conhecimentos, dos conteúdos educacionais e da gestão social dos recursos naturais, reorientando os sistemas de pesquisa, de educação e de produção.” (Leff, 2001, p 202) superando aquele conhecimento resultante de *saberes desunidos e compartimentalizados*, e enfrentando concomitantemente a crise ambiental e os problemas sociais.

A interdisciplinaridade, aplicada no enfrentamento à questão sócio-ambiental, vem sendo reconhecida como um princípio básico para a superação desta problemática.

Reconhecemos, a partir desta afirmação, a necessidade de participação da nossa categoria profissional no enfrentamento à problemática sócio-ambiental. Acrescentamos ainda que o Código de Ética do Assistente Social, no capítulo III, artigo 10, alínea d, apresenta a interdisciplinaridade praticamente como um dever profissional, nos casos em que se faz necessário.

## **2 QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL: UM NOVO CAMPO DE TRABALHO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Este item inicialmente contextualiza as transformações no mundo do trabalho e sua influência no desenvolvimento das competências do assistente social. Posteriormente, aborda a questão sócio-ambiental na atualidade, como uma nova área de intervenção para o Serviço Social, destacando a necessidade de formação nesse sentido como um importante papel da universidade.

Por último, defende que o Serviço Social pode e deve contribuir no estabelecimento de um novo relacionamento com a natureza, explicando como essa intervenção é realizada. O item é finalizado procurando demonstrar que a intervenção do Serviço Social na questão sócio-ambiental é possível e necessária, pois se encontra integrada às demandas e necessidades sociais. Portanto esse item salienta que a questão sócio-ambiental se apresenta atualmente indissociável, direta e indiretamente, das demandas dos usuários dos serviços sociais.

### **2.1 As Transformações Societárias Transformam o Processo de Trabalho do Serviço Social**

A evolução tecnológica e científica, subsequente à Revolução Industrial propiciou uma rápida obsolescência de objetos, técnicas, acelerou transformações e gerou profundas mudanças na organização da sociedade. As novas tecnologias reconfiguram a formação econômica e social, com impactos nas áreas do trabalho e da educação. Ou seja,

A acelerada transformação nos meios e nos modos de produção, causada pela revolução tecnológica focaliza uma nova era da humanidade onde as relações econômicas entre as pessoas e entre os países e a natureza do trabalho sofrem enormes transformações [...] Temos, portanto, dois contextos: as novas tecnologias viabilizando transformações e desenvolvimento significativos para o indivíduo e a sociedade e as (mesmas) novas tecnologias possibilitando o aumento das desigualdades e da exclusão presentes no mundo capitalista. (<http://www.wikipedia.org>)

Os avanços tecnológicos e científicos, por um lado, facilitaram a vida humana com a invenção das máquinas, que passaram a substituir o homem na realização de trabalhos com ações repetitivas, como as de linha de montagem, e em trabalhos insalubres (porém não o substituíram completamente); as máquinas também passaram a realizar o trabalho com mais rapidez e foram ainda empregadas para realizar novas atividades. A evolução tecnológica propiciou mudanças positivas, entre elas avanços significativos na área da Biomedicina, na prevenção e tratamento de doenças, gerando assim o aumento da expectativa de vida.

Por outro lado, ao substituir grande parte da mão-de-obra dos trabalhadores, que obtinham seus meios de vida através da venda da sua força de trabalho numa sociedade organizada pelo sistema capitalista, estes tiveram suas vidas atingidas nos mais diversos aspectos, e até ameaçadas, provocando expressivos problemas sociais. É o chamado desemprego estrutural, causado pelas transformações que vêm ocorrendo no atual modelo de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

É nesse contexto que segundo Netto (2004, p 42), conforme vimos no primeiro capítulo, se começou a utilizar a expressão questão social, para designar o fenômeno do pauperismo<sup>7</sup>, que se instalava primeiramente na Europa Ocidental ocasionado pelos impactos da industrialização. Embora as desigualdades sociais já existissem, se tratava de um fenômeno novo pelo qual essas desigualdades se produziam e reproduziam. A polarização entre ricos e pobres já vinha ocorrendo, mas como foi dito no item 1.1, “*era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava*” (Netto, 2004, p 42). A nova relação entre capital e trabalho resultante da Revolução Industrial, é representada socialmente pela polarização entre burguesia e proletariado.

É por isso que essa evolução tecno-científica, não significa plenamente um avanço do ponto de vista social, pois contribuiu para agudizar as desigualdades sociais. A tecnologia nesse contexto político-econômico capitalista é direcionada ao objetivo do lucro. Netto (2004, p 42) diz que quanto mais uma sociedade cresce na sua capacidade de produzir bens e serviços, numa sociedade capitalista, mais cresce o contingente de despossuídos das condições materiais de vida. Isso se deve ao fato de que o lucro advém da

---

<sup>7</sup> A pobreza massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo na fase industrial (Netto, 2004).



exploração da força de trabalho, o que provoca a concentração de renda, de capital e de poder, ou seja, a acumulação capitalista.

Iamamoto (2002, p 18) destaca que o predomínio do grande capital financeiro, aliança entre o capital bancário e o capital industrial, no atual contexto da globalização tem provocado o crescimento da exclusão social, econômica, política cultural das classes subalternas:

Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado.”  
(Iamamoto, 2002, p 18)

Essas mudanças no sistema produtivo tem tornado o momento atual difícil para todos aqueles que vivem do trabalho, especialmente para os indivíduos das classes subalternas em geral com menos ou nenhuma qualificação, em um momento em que cresce o desemprego estrutural. Este fator gera insegurança no trabalho e contribui para desorganizar a luta dos trabalhadores pela efetivação dos seus direitos, tornando-se cada vez mais difícil a obtenção dos meios de sobrevivência.

De fato, a substituição do homem pela máquina, e a conseqüente necessidade cada vez maior de qualificação pelos trabalhadores, devido ao surgimento de novas demandas e à diminuição no número das vagas de empregos; entre outras transformações trazidas pela evolução tecno-científica, geraram profundas mudanças sociais e no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva afetou radicalmente, segundo Iamamoto (2002, p 29), *a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho.*

As constantes transformações fazem com que os diferentes segmentos sociais se obriguem a uma constante adaptação. E o Serviço Social que tem como objeto de trabalho a questão social, convive com essas mudanças, lhe surgem demandas novas e as desigualdades sociais se intensificam. O Serviço Social, então, é desafiado a dar respostas novas, a aprimorar seu processo de trabalho. Para o Serviço Social, segundo Simionatto (1998, p 14), essas mudanças trazem uma necessidade de *revisão das competências*

*profissionais e de seus procedimentos.*

Corroborando com essa análise, Yazbeck afirma que: “À medida que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho.” (Yazbeck, 2000, p 97)

Dessa forma, o Serviço Social precisa adequar suas ações de acordo com a nova conjuntura. Isso requer que o Serviço Social capte e compreenda o movimento da realidade para, como ressalta Iamamoto (2002, p 20), *requalificar o fazer profissional*, descobrir novas alternativas de ação, de acordo com as novas tendências e possibilidades.

[...] As transformações sociais implicam redefinições e reposicionamentos das práticas sociais, ou, ainda, o surgimento de novas atividades. Concorde, portanto, com o ponto de vista de que as “rápidas e intensas transformações societárias constituem solo privilegiado para o processamento das alterações profissionais” (Netto, 1996: 88), verificadas em todas as suas dimensões interventiva, teórica, político-organizativa e formativa [...] (Abreu, 2002, p 165)

A crescente concentração de renda, de capital e de poder, às custas da exploração da classe trabalhadora (e dos recursos naturais), vem gerando um agravamento nas múltiplas expressões da questão social; questão social esta que constitui a *base sócio-histórica da requisição social da profissão*, segundo Iamamoto (2002, p 18). Essa realidade vem provocando o aumento da demanda pelos serviços sociais. Porém, os recursos destinados para esta área não são suficientes, e ocorrem ainda cortes nos gastos sociais, provocando a imposição de critérios cada vez mais seletivos para o atendimento dessas demandas pelos serviços sociais.

Por isso o perfil profissional almejado hoje é de um profissional criativo e ousado, que compreenda a conjuntura em que está inserido, para agir profissionalmente da forma mais adequada frente às situações adversas, encontrando assim caminhos para solucionar os problemas sociais.

Sobre essa realidade Iamamoto salienta que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é

desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (2002, p 20)

Hoje a demanda social aponta a necessidade do Serviço Social estar atento e incluir a problemática ambiental no seu fazer profissional.

Sendo a questão social o objeto de trabalho do Serviço Social, o conhecimento da realidade, de acordo com Yamamoto (2002, p 62), não é apenas um pano de fundo para o exercício profissional, é sim conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende provocar um processo de mudanças.

A questão social reflete as relações sociais, por isso ela é mutável, apresenta novas configurações e novas expressões. E a problemática ambiental vem sendo reconhecida atualmente como uma das múltiplas expressões da questão social.

A questão sócio-ambiental, resultado do modo de produção capitalista, que explorou e explora sem limites os recursos naturais, é um foco de atenção e preocupação atualmente. Todas as formas de vida são afetadas pela ação de superexploração do homem, pois na natureza as relações são de interdependência, como defende a abordagem interdisciplinar.

De acordo com a interdisciplinaridade, que vem sendo incentivada especialmente no enfrentamento da questão sócio-ambiental, devido à complexidade das relações sócio-ambientais, o Serviço Social é chamado a participar do desenvolvimento de novos valores, para forjar uma mudança social no que diz respeito à postura inconseqüente da humanidade com seu habitat, com o planeta e com seus recursos naturais.

Dessa forma, o Serviço Social possui uma demanda emergente de trabalho, considerada uma expressão da questão social. A revisão epistemológica estimulada pela abordagem interdisciplinar significa, para o Serviço Social, que este poderá inserir a temática ambiental nas mais diversas áreas de atuação. E significa também que a atuação mais diretamente ligada à formação da cultura possa ser uma das mais significativas, devido ao histórico desempenho da função pedagógica pelo Serviço Social, e devido à relevância dos fatores sociais no desencadeamento da questão sócio-ambiental; com isso possibilitando uma mudança no pensamento que ocasiona atitudes “desastrosas”, cujas conseqüências vivenciamos.

Para tanto, o Serviço Social precisará aprimorar seus processos de trabalho, buscando a formação e a capacitação a nível sócio-ambiental.

## **2.2 A Recente Inserção do Assistente Social na Questão Sócio-Ambiental e a Necessidade de Formação do Assistente Social nesse Campo de Trabalho**

A sociedade industrial estabeleceu uma relação de domínio com a natureza, “inventou” uma separação entre homem e natureza, como se o homem não fizesse parte desta. Hoje a crítica a essa dicotomia homem – natureza vem gerando o discurso da necessidade de integrar o homem com seu “meio”, de unir o social ao “ecológico”.

O tema questão ambiental não deve ficar restrito às ciências naturais, pois ela extrapola essa dimensão. As ciências sociais possuem um importante papel no enfrentamento da questão ambiental, pois mais que buscar soluções técnicas para o meio biofísico, é necessária a construção de uma nova cultura<sup>8</sup>.

A crise ambiental é de fato uma expressão da questão social. Brügger (1994, p 27) chega a firmar que: “A atual crise ambiental é, portanto, muito mais a crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza (...)”. E que a questão ambiental sempre esteve associada a fatores econômicos, políticos e culturais.

O Assistente Social como um profissional de intervenção social, de acordo com Irigalba (2005) desempenharia um papel de mediação entre o social e o “ecológico”<sup>9</sup>, promovendo a participação social, tendo como base a conscientização para o enfrentamento da crise sócio-ambiental.

Segundo Irigalba (2005, p 18), a intermediação entre o social e o “ecológico”, supõe a educação ambiental e a participação social. A educação ambiental como meio, e a participação social como método.

Através da prática pedagógica, o trabalho do Serviço Social incide na formação da

---

<sup>8</sup> Cultura é uma visão comum da realidade, uma perspectiva partilhada, uma concordância quanto ao que é verdadeiro, correto e válido, um conjunto de idéias que as pessoas desenvolvem e aprendem na interação social (Sharon, 2000).

<sup>9</sup> Segundo Irigalba (2005, p.11), há uma divisão que separa o social do ecológico e do ambiental e vice-versa. Essa separação classifica o social como sendo referente à cultura, as representações sociais, e os valores; e o ecológico e ambiental, como sendo a natureza e os recursos naturais. Esta divisão é considerada excludente pela abordagem interdisciplinar.

cultura, por isso o Assistente Social tem condições de atuar como educador ambiental, como vai ser explicado no próximo item.

A participação social propiciará a legitimação de propostas de atuação para prevenir e remediar problemas sócio-ambientais. A participação social supõe a conscientização e uma mudança cultural que se expressa em atitudes, e é essencial para alcançar o objetivo do Desenvolvimento Sustentável.

Alguns dos profissionais que possuem melhores condições para serem formados nesse campo são os assistentes sociais, que precisam analisar seu próprio papel e buscar a formação necessária em matéria ambiental ou em metodologia de participação social, para poder intervir com o máximo rigor e profissionalismo. (Irigalba, 2005, p 25)

O Serviço Social começou a perceber e a reconhecer a questão sócio-ambiental como uma demanda para o Serviço Social, mas ainda não há um reconhecimento formal de que esta represente uma área de intervenção da referida categoria profissional. Atualmente vêm-se discutindo a respeito, e alguns autores vêm defendendo e incentivando a inserção do assistente social no enfrentamento à questão sócio-ambiental, como Irigalba (2005), Reigota (2005) entre outros, que defendem que o assistente social deve ser requisitado para contribuir na intervenção na área sócio-ambiental.

A aproximação dos/das assistentes sociais com o campo da educação ambiental não é só bem-vinda, como também necessária e pertinente. Entre nós, educadores ambientais, os/as assistentes sociais poderão ter contato e dialogar com um conhecimento sócio-ambiental específico, diferentes tipos de intervenção e um acúmulo de argumentos e experiências pedagógicas consideráveis. (Reigota, 2005, p 8)

Iamamoto enfatiza a necessidade dos assistentes sociais estarem atentos à realidade social. As constantes alterações sociais revelam novos desafios, novas oportunidades e possibilidades, dizendo que na contemporaneidade:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. (Iamamoto, 2002, p 49)

Diante de novos dados da realidade, Iamamoto afirma que: *Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão...* (2002, p 48)

Além de descobrir e se apropriar do novo campo de trabalho, Irigalba adverte que o Serviço Social precisa estar preparado para a conquista desse novo campo de trabalho:

No entanto, embora o terreno pareça fértil, não podemos nos esquecer de que a conquista de um campo de trabalho é difícil. As lutas corporativistas, em um âmbito emergente como o meio ambiente, podem ser muito duras. Portanto, para tornar convincente a nossa necessidade de intervenção do social no ambiental, precisamos primeiro nos convencer e nos munir de recursos, instrumentos, e ferramentas que demonstrem a efetividade desta intervenção. (Irigalba, 2005, p 14)

Essa necessidade de formação requer da universidade uma postura condizente com a nova realidade. Cabe a ela o papel primordial. Pois a educação recebe os impactos das transformações societárias e essas instituições devem abrir espaços aos conhecimentos emergentes.

As instituições de educação, inseridas num contexto amplo da sociedade, deverão substituir seus contextos: não mais conteúdos pré-definidos, mas sim o aparecimento de percursos e perfis de competências, possibilitando a construção de novos espaços de conhecimento.  
<http://www.wikipedia.org>

Leff afirma que: *“Ainda que se tenha dado um desenvolvimento do saber ambiental em várias temáticas das ciências naturais e sociais, estes conhecimentos não se incorporaram plenamente aos conteúdos curriculares de novos programas educativos.”* (Leff, 1999, p 116). Na formação universitária, a incorporação da complexidade ambiental implica na participação ativa nas transformações do conhecimento e na atualização dos programas curriculares para introduzir o ensino dos paradigmas emergentes do saber ambiental (Leff, 1999).

Salientando a importância do papel da universidade em relação à questão sócio-ambiental, Gaona Pérez (2005, p 42) afirma que a universidade tem uma dupla responsabilidade. A primeira é fornecer uma formação que compreenda o respeito à natureza, e a construção de um meio ambiente saudável; e a segunda responsabilidade é

conscientizar os estudantes da necessidade de um exercício profissional de acordo com os princípios do Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, é preciso introduzir nos currículos elementos relativos às conseqüências das atividades no fator ambiental no exercício de sua futura profissão.

Para isso, Gaona Pérez (2005) propõe a ambientalização do currículo de Serviço Social, realizada através de dois caminhos complementares: a ambientalização das disciplinas e a ambientalização do meio universitário.

O autor sugere que para a ambientalização das disciplinas sejam considerados alguns aspectos em sua formação, como:

- Abordar, na análise da problemática da sociedade atual, os aspectos ambientais e sociais como um todo, introduzindo o conceito de crise sócio-ambiental.
- Ajudar o aluno a conhecer reflexões e valores: os elementos mais importantes que compõem a problemática sócio-ambiental atual, as forças econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas que impedem o desenvolvimento sustentável, os valores sócio-ambientais, e as alternativas para a problemática.
- Aprofundar a vinculação das políticas em relação ao social e ao ambiental.
- Aprofundar o papel que a proteção do meio ambiente tem na melhoria da qualidade de vida, como necessidade social e sua vinculação com o cuidado das pessoas.
- Aprofundar experiências de geração de empregos relacionados ao meio ambiente e de participação cidadã nesse âmbito (a apresentação de experiências concretas é bastante motivadora e reveladora.).
- Aprofundar a integração do ambiental no âmbito da prática profissional. Para tanto, seria interessante incluir nos relatórios das práticas aspectos como objetivos para a melhoria do ambiente, a exigência de utilizar recursos que sigam critérios de proteção ambiental.

Ao incluir esses elementos nos currículos dos futuros profissionais, a universidade estaria cumprindo uma responsabilidade com relação à ambientalização. O outro passo da ambientalização do meio universitário compreende a coerência, ao praticar o que contém

em seus currículos.

A ambientalização do entorno pode se concretizar mediante algumas idéias e ações que o autor sugere, como:

- Pesquisa das características do meio universitário quanto às condições ambientais, hábitos e valores da população universitária em relação ao uso de papel, de energia...
- Estabelecimento, no campus, de planos de economia de água, de eletricidade, de redução de resíduos, de separação de resíduos para posterior reciclagem envolvendo em sua elaboração todos os setores da população universitária.
- Execução de programas de sensibilização no campus da coleta seletiva de lixo, da economia de água e de energia, para um consumo racional de papel, etc., utilizando cartazes e avisos, um serviço de informação telefônica, realizando palestras, distribuindo folhetos com conselhos ecológicos, promovendo concursos sobre idéias para o meio ambiente.
- Criação de um grupo de acompanhamento e avaliação das diferentes ações projetadas.

É papel da universidade formar profissionais e produzir conhecimentos de acordo com o contexto da sociedade a que está inserida. Reigota (2005, p 9) questiona o papel da universidade na formação do/da assistente social nesse novo contexto. Sem dúvida é de fundamental importância, pois é através da universidade que novos profissionais estarão preparados para imprimir no seu fazer profissional uma postura de enfrentamento à problemática ambiental.

De forma geral, a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, já vem realizando algumas ações nesse sentido, como a campanha interna com adesivos para a redução do consumo de energia elétrica, realizada há alguns anos atrás, com o objetivo de redução de gastos, contemplando assim uma meta do Desenvolvimento Sustentável. A UFSC também realiza coletas seletivas: como por exemplo, na CEU - Casa da Estudante Universitária, as estudantes separam o lixo, e o lixo orgânico é recolhido pelo Centro de Ciências Agrárias, para ser utilizado pelo curso de Agronomia; cumprindo desta forma, outra meta do Desenvolvimento Sustentável, a de reutilizar. Mas, é claro, tem bastante



ainda para ser feito, como o desenvolvimento de um projeto que realize um trabalho educativo envolvendo os servidores, para que o lixo produzido pela instituição seja separado, para que o papel possa ser reciclado e/ou reaproveitado e os demais materiais possam receber o destino ecologicamente mais adequado.

Uma formação adequada à realidade atual exige uma mudança curricular, que inclua a temática ambiental no desenvolvimento social. Para isso se propõe o oferecimento de disciplinas optativas, além da inclusão do novo elemento nos programas das demais disciplinas e de disciplinas específicas no currículo do curso de Serviço Social, assim como no currículo de outras áreas de conhecimento.

No curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina não há no currículo disciplina específica sobre a questão sócio-ambiental, também não há no referido curso disciplina optativa sobre essa temática. Ao analisar três ementas ou programas de disciplinas com conteúdos sobre a realidade social de forma mais geral, em que pudesse constar a abordagem da questão sócio-ambiental, verificou-se que a questão sócio-ambiental ainda não é reconhecida como uma área de intervenção do Serviço Social, mas que a questão sócio-ambiental já está começando a ser percebida como uma possibilidade e talvez como uma necessidade de intervenção para o Serviço Social.

Os programas (ver nos anexos) das seguintes disciplinas foram analisados:

**Serviço social e Realidade Social:** Esta ementa ainda não menciona a problemática ambiental, embora esta realidade esteja co-relacionada à realidade econômica, política, social e cultural. A ementa é breve e bastante abrangente, então pode ser que ocorra alguma discussão no decorrer das aulas, o que é fundamental na contemporaneidade, demonstrando que o Serviço Social que trabalha com os mais diversos aspectos da sociedade está atualizado e à frente no conhecimento da realidade social.

**Serviço Social e Pensamento Contemporâneo:** A ementa desta disciplina também é breve e abrangente, e pretende abordar algumas expressões da questão social; são citadas algumas expressões importantes, como: relações (desiguais) de gênero, violência, pobreza e exclusão social. Apenas na bibliografia complementar consta a categoria ecologia, através de um artigo da revista Serviço Social e Sociedade que pretende debater sobre as relações de gênero em conjunto com tema ecologia, intitulado “Encardidas (os) da e na História: gênero e ecologia”.

**Tópicos Especiais em Serviço Social:** A ementa desta disciplina demonstra que o Serviço Social da UFSC está atento à realidade, pois inclui a temática Desenvolvimento Sustentável/Educação Ambiental como uma questão emergente no Serviço Social; embora seja abordada somente na última fase. Ou seja, o Serviço Social da UFSC começou a entender a crise ambiental como uma nova expressão da questão social, em que o Serviço Social necessita investir em formação e capacitação.

Diante da necessidade do Serviço Social em se preparar para intervir na questão sócio-ambiental, sugerimos que o Departamento de Serviço Social ofereça primeiramente uma disciplina optativa sobre essa temática, já que é considerada uma expressão da questão social. E também, através da perspectiva da interdisciplinaridade, que essa temática esteja presente nas discussões em sala de aula e nos programas das disciplinas, como esteve presente mesmo que forma indireta nas disciplinas “Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos” e “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” (através do Fórum da Cidade, lutando para efetivar o Estatuto da Cidade, o Serviço Social, dessa forma, esbarrava na questão ambiental).

Os autores Gómez, Aguado e Pérez (2005, p 69) contribuem com propostas como o desenvolvimento de programas ambientais com a participação de assistentes sociais, a criação de cursos de formação do Serviço Social em matéria ambiental e atribuição de títulos de especialista em Serviço Social Ambiental em diferentes universidades, além da promoção de jornadas e congressos da área social nesta matéria.

Os mesmos autores incentivam os profissionais de Serviço Social a incluir a categoria meio ambiente nas políticas de bem-estar, também incentivam a pesquisa, a capacitação e a publicação sobre a relação do Serviço Social com a questão sócio-ambiental.

Irigalba (2005) diz que o Serviço Social intervindo na questão sócio-ambiental, atuará como mediador entre os aspectos sociais e ambientais. Essa mediação pode ser reforçada pelo Serviço Social, especialmente no desempenho da função pedagógica, que direcionada para a questão sócio-ambiental compartilhará elementos em comum com a Educação Ambiental. Devido a essa semelhança, o item seguinte buscará aproximar a educação ambiental e a função pedagógica que o Serviço Social desenvolver a partir da temática ambiental.

## 2.3 A Educação Ambiental e a Função Pedagógica do Serviço Social

### 2.3.1 A Educação Ambiental

Torna-se necessário questionar o atual modelo econômico, baseado no ter, na acumulação de bens, no consumismo. Para Boaventura de Souza Santos (2001, p 14), estamos num processo de transição, o que significa um processo de criação/destruição, e que nesse processo, a “vertigem das transformações” faz com que a sociedade se divida em dois grupos que vivem em condições nada propícias a pensar.

Por um lado está a elite, que detém o poder, a minoria que comanda e que se ocupa em manter sua hegemonia. Sobre o poder, Demo (1996, p 100) diz que está na sua lógica concentrar-se, *“pois quem está no poder, trata de o preservar, não de o distribuir.”* Aqueles que comandam todo esse processo, ocupados na manutenção de seu poder, não tem tempo para pensar, diz Santos.

Por outro lado, está a esmagadora maioria da população mundial, que neste momento sofre com as desigualdades e a polarização entre ricos e pobres; que segundo Santos (2001, p 15) tão pouco pode pensar, *“porque está tão ocupada em sobreviver que não tem, realmente, capacidade, nem tem disposição para pensar.”*

Enquanto o trabalhador e o desempregado estão envolvidos com a necessidade de lutar pela sua sobrevivência, e a sociedade em produzir e produzir, a questão ambiental não recebe a atenção que necessita. Nesse contexto a Educação Ambiental assume importância, na medida em que passa a fornecer elementos para o questionamento, refletindo sobre a implicação desse sistema de produção na vida como um todo.

Jacobi (2005) diz que vivemos um período de crise do ser no mundo, e que os riscos contemporâneos explicitam os limites e as conseqüências das práticas sociais, trazendo consigo um elemento novo, a reflexividade.

*Vive-se, no início do século XXI, uma emergência que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. Uma crise do ser no mundo que se manifesta em toda sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na*

*degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas.*  
(Jacobi, 2005, p 240)

Por vivermos num período de transição paradigmática, Santos diz que temos que pensar qual é o tipo de conhecimento que nos conduzirá melhor nesse processo de transição, que segundo alguns autores, duas são as principais concepções existentes: uma concepção defende a manutenção do sistema baseado na economia neoliberal, e a outra concepção busca a construção de uma nova racionalidade produtiva, baseada na sustentabilidade. Esta critica o estilo de vida contemporâneo, e propõe um desenvolvimento como resultado da harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos.

A idéia ou enfoque de Desenvolvimento Sustentável, com a confluência das vertentes ambientalista e economicista, segundo Jacobi (2005), deveu-se à observação de que conforme os problemas sociais se agravavam e se aprofundava a distância entre os países pobres e os industrializados, emergiam com mais impacto diversas manifestações da crise ambiental, que se relacionam diretamente com os padrões produtivos e de consumo prevalentes.

Apesar de estarmos num período de transição paradigmática, Santos acredita que não estamos numa fase de auto-reflexividade, como alguns autores acreditam, a auto-reflexividade não está generalizada, pois as condições não são propícias. Mas há que se fazer um esforço nesse sentido, repensando o atual sistema produtivo, que estimula a produção e o consumo. *“O indivíduo auto-reflexivo é um indivíduo que não se mobiliza sem razões, a sua própria vida é um objeto de meditação, de reflexão, de auto-análise, de reversão de percursos etc.”* (Santos, 2001, p 14)

A auto-reflexividade representa a possibilidade de um novo paradigma societário, na medida em que os saberes pessoais, segundo Leff (1999), são a inscrição de subjetividades diversas na complexidade do mundo.

Nesse sentido, a educação ambiental postula em seus objetivos gerais a ampliação da consciência individual para a consciência coletiva e de toda a humanidade. Para Leff, a educação ambiental emerge como um instrumento para a construção de uma nova racionalidade ambiental, uma mudança para orientar a transição na direção da sustentabilidade.

Esta mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, que, por sua vez, é impensável sem uma transformação das consciências e dos comportamentos das pessoas. Essa transformação de consciências e comportamentos é o que Marina Maciel Abreu (2002) chama de uma nova ordem intelectual e moral, uma nova cultura.

Uma cultura capaz de reverter o quadro que Pereira (2004) percebe como de uma insensibilidade coletiva em relação a alguns problemas de dimensão planetária, como a deteriorização do meio ambiente e a agudização das contradições e das desigualdades sociais.

A educação ambiental é fundamental, porque, segundo Leff (1999, p 126), a visão economicista do mundo dissolveu o pensamento crítico, pessoal e autônomo. A perspectiva da sustentabilidade requer a “*revalorização do pensamento crítico, reflexivo e propositivo frente às condutas automatizadas que são geradas pelo pragmatismo e pelo utilitarismo da sociedade atual.*” A educação ambiental terá um papel estratégico e decisivo na formação de sujeitos com um posicionamento crítico face à crise sócio-ambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais.

A educação ambiental busca estimular uma maior sensibilidade das pessoas face aos problemas sócio-ambientais, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e na prevenção da degradação ambiental, através do fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação em uma perspectiva integradora.

Brügger (1994) diz que a introdução do adjetivo ambiental à educação pressupõe que esta não tem sido ambiental ou, em outras palavras, que a educação tradicional não aborda devidamente a questão sócio-ambiental. E diz ainda que para discutir o que seja educação ambiental é preciso desvelar o conceito de meio ambiente. “Se a chamada educação ambiental tem se reduzido, em grande parte, às suas dimensões naturais e técnicas, é porque o conceito de meio ambiente também o tem” (Brügger, 1994, p 39).

O tratamento da questão ambiental vem recebendo um caráter essencialmente técnico; como nos casos das campanhas do tipo “Faça sua parte, plante uma árvore”, campanhas desse tipo, segundo Brügger (1994), se assemelham a um adestramento e reduzem a questão ambiental a uma dimensão meramente técnica. A educação, dessa forma, se reduz a um adestramento, pois mantém a mesma estrutura social. Essa educação

“conservacionista” conduz essencialmente ao uso racional dos recursos naturais. Já uma educação para o meio ambiente implica também, segundo vários autores, em uma profunda mudança de valores<sup>10</sup>, em uma nova visão de mundo.

Para vivenciar as contradições existentes na realidade, realizar a potencialidade do ser através das relações políticas, sociais e com o meio ambiente, é que se faz necessário em um processo de educação ambiental associar a atitude reflexiva com a ação, a teoria com a prática, o pensar com o fazer, para realizar um verdadeiro “diálogo”, como bem define Paulo freire em sua proposta educacional [...] (Guimarães, 2005, p 32)

Os primeiros registros da utilização do termo educação ambiental são de 1948 num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, mas os rumos da educação ambiental são definidos a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, com o estabelecimento de programas internacionais. Em 1977 em Tbilisi, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental inicia um processo global com o objetivo de formação de uma nova consciência sobre o valor da natureza e de reorientação da produção do conhecimento que contemplasse a interdisciplinaridade e os princípios da complexidade.

Do evento Rio-92 resultou um documento intitulado Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, estabelecendo 16 princípios (em anexo) e um conjunto de compromissos coletivos para a sociedade civil planetária. O Tratado é dirigido a movimentos sociais, ONGs, cientistas e instituições científicas, grupos religiosos, governos locais e nacionais, empresários e profissionais de educação interessados em implantar programas voltados para questão ambiental, e sociedade em geral.

No ano de 1997, em Tessalonika, o documento resultante da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética, identidade cultural e participação social.

Segundo Jacobi (2005), as práticas educativas articuladas com a problemática ambiental devem ser vistas como componentes de um processo educativo que reflita sobre

---

<sup>10</sup> Valor é um compromisso de longo prazo, um princípio organizador em torno do qual se estabelecem objetivos. “Objetivos são metas práticas; valores são metas morais.” (Charon, 2000, p 112)

a crescente insegurança e incerteza face aos riscos produzidos pela sociedade global, que em síntese, pode ser resumido como uma crise do modelo de sociedade.

Para a vertente crítica, a educação ambiental precisa construir um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa, a politização da problemática ambiental e a participação dos sujeitos.

É nesse ponto que o Serviço Social em muito pode contribuir no enfrentamento à questão sócio-ambiental, ao desempenhar sua função pedagógica, pois a *“função pedagógica da prática do Assistente Social vincula a profissão ao movimento de formação da cultura”*. (Abreu, 2002, p 32)

A função pedagógica do Serviço Social direcionada à questão sócio-ambiental possui aspectos em comum com a educação ambiental, como a conscientização para mudanças de atitudes e práticas sociais, e a transformação cultural, essencial no enfrentamento à questão sócio-ambiental. Por isso a função pedagógica será abordada a seguir como uma das principais contribuições da categoria no enfrentamento da questão sócio-ambiental.

### **2.3.2 A Função Pedagógica do Serviço Social direcionada à Questão Sócio-Ambiental**

A abordagem emancipatória da educação ambiental propõe uma educação que transcende a preservação da natureza. Nessa abordagem, o desafio é o de viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a crise ambiental e os problemas sociais (Jacobi, 2005).

A Educação Ambiental possui semelhanças com a idéia da função pedagógica do Serviço Social, a partir do movimento de reconceituação<sup>11</sup> do Serviço Social. Ambas almejam superar o quadro das desigualdades sociais e propõem a construção de uma nova e superior cultura.

O movimento de reconceituação do Serviço Social, surgido nas últimas décadas, questiona as estruturas sociais e desencadeia uma série de reflexões que realçam o caráter de superação e construção do novo. Dessa forma, indica-se a perspectiva de transformação

---

<sup>11</sup> Tentativa de ruptura com a herança conservadora, através de uma prática inovadora e de um novo dimensionamento político da profissão. (Netto, 1998 apud Leiras, 2004)

social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica sobre os aspectos sociais (e ambientais).

O projeto ético-político do assistente social, em consonância com o Código de Ética Profissional, vincula-se a um processo de construção de uma nova sociedade, sem dominação ou qualquer tipo de exploração, demonstrando o caráter combativo da profissão em relação ao projeto neoliberal excludente, individualista e perverso que estamos vivendo.

A ação do profissional de Serviço Social, portanto, deve ser guiada pela percepção da realidade, atentando para a transformação desta realidade através da mobilização coletiva, de forma democrática e participativa. Dessa forma, é necessário que o assistente social se aproprie da idéia de superação da questão sócio-ambiental, através de ações que promovam a tão almejada transformação social.

Leiras (2004) afirma que o Serviço Social possui competências e princípios capazes de dar conta da tarefa de educar, dentro da perspectiva proposta pela educação ambiental de mudança cultural, e diz ainda que é evidente a relação entre os princípios da categoria profissional e os princípios ambientais.

A proposta da Educação Ambiental consiste em conscientizar as populações para a necessidade de se adotar uma relação integradora entre os seres humanos e a natureza. E ao incentivar essa nova forma de relação os assistentes sociais estariam sendo os facilitadores de uma nova cultura.

Irigalba (2005, p 17) diz que: *podemos considerar que a cultura é a segunda natureza do ser humano, uma espécie de segunda pele, tão natural como a própria natureza, embora seja a contínua criação e recriação desta*. E acrescenta que é justamente um desenvolvimento da cultura o que poderia nortear (tendo como meios a educação ambiental e como método a participação social) o caminho para buscar e alcançar uma possível solução para a crise ambiental.

De acordo com Reigota (2005) a aproximação dos assistentes sociais com o campo da educação ambiental é pertinente, e os assistentes sociais poderão ter contato e dialogar com um conhecimento sócio-ambiental específico, devido ao considerável acúmulo de argumentos e experiências pedagógicas, nos diferentes tipos de intervenção.

Leiras (2004) ressalta que há a possibilidade e a necessidade de inserir a questão ambiental em todas as áreas de intervenção do Serviço Social; e que o Serviço Social



possui capacidade de trabalhar a temática ambiental através do desempenho de sua função pedagógica.

As ações profissionais do assistente social, segundo (Mioto, 2003 apud Lima, 2004, p 3), podem ser estruturadas em torno de três eixos de intervenção, independente do espaço sócio-ocupacional. São os seguintes:

- Processos Político-Organizativos: a intervenção geralmente focaliza a participação social. *Nele o trabalho profissional se desenvolve basicamente através de ações de assessoria e mobilização (2004, p 3).*
- Processo de Planejamento e Gestão: consiste na proposição e avaliação de políticas sociais, bem como do gerenciamento de programas, projetos e serviços.
- Processos Sócio-Assistenciais: a intervenção se realiza a partir de demandas singulares, especialmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Segundo a autora os processos sócio-assistenciais são classificados em quatro categorias de ações: sócio-educativas, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e periciais.

Ao intervir na questão sócio-ambiental, o assistente social vai desenvolver essencialmente sua função pedagógica, mas essa ação não fica restrita aos Processos Sócio-Assistenciais, às chamadas ações sócio-educativas. A função pedagógica serve de base para conscientizar a população, e portanto, estimular a participação social, e pode estar presente em várias ações profissionais.

O Serviço Social pode intervir na questão sócio-ambiental, então, a partir dos três eixos de intervenção. Nos Processos Político-Organizativos, a atuação profissional está orientada para a participação social, através de ações de coordenação e assessoria a organizações e movimentos sociais ligados à preservação dos recursos naturais e superação dos problemas sociais.

Nos Processos de Planejamento e Gestão, o assistente social tem um importante papel na proposição e avaliação de políticas sociais, atuando para que a questão sócio-ambiental seja contemplada adequadamente pelas políticas sociais públicas e privadas; bem como elaborando e implementando programas e projetos juntamente com profissionais de outras áreas de formação.

Leiras (2004) afirma que a questão sócio-ambiental é um campo evidente de atuação para o Serviço Social, e que “*os assistentes sociais possuem competência para tal intervenção; inclusive no que diz respeito à elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas.*” (Leiras, 2004, p 11)

No eixo dos Processos Sócio-Assistenciais, as ações sócio-educativas, bastante utilizadas pelos assistentes sociais e fundamentais na concretização do atual projeto ético-político da profissão, têm um papel fundamental no enfrentamento à questão sócio-ambiental. As categorias de ações provavelmente mais utilizadas na área sócio-ambiental são as ações sócio-educativas e sócio-emergenciais, ao se intervir em situações como invasões em áreas de preservação ambiental, ou em ambientes que possam oferecer algum tipo de risco para pessoas.

A experiência acumulada com o desempenho da função pedagógica e o conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo adquirido pelos assistentes sociais no decorrer do desenvolvimento da profissão, tornam este profissional apto para trabalhar com a questão sócio-ambiental, no sentido de conscientizar e de incentivar uma transformação cultural, tendo assim muito a contribuir, pois a função pedagógica possui elementos em comum com a educação ambiental.

Para Irigalba (2005), a primeira tarefa a ser cumprida pelos profissionais de intervenção social no enfrentamento à crise ambiental é a pedagógica ou educativa. Deve existir primeiramente uma prática pedagógica, que conscientize sobre as implicações da questão sócio-ambiental para a vida, e que possibilite compreender a conjuntura que deu origem à questão sócio-ambiental; isso é necessário para que haja mudanças nesse quadro sócio-ambiental, através da definição de atitudes a serem tomadas, e o comprometimento dos sujeitos sociais em cumprir o que foi definido.

De acordo com vários autores, só uma mudança cultural pode provocar uma participação social de fato voltada à superação da problemática ambiental; então a função pedagógica do Serviço Social, ao abordar a questão sócio-ambiental, é significativa para a concretização dessa mudança necessária.

Se a função pedagógica do Serviço Social incide na formação da cultura, então ela é fundamental para um novo olhar da relação sociedade – natureza, e é necessária ao levar em conta que a inclusão da temática ambiental na intervenção do assistente social é uma

necessidade dos novos tempos, em que se passou a valorizar a interdisciplinaridade; além disso, “a educação ambiental vem sendo definida como eminentemente interdisciplinar” (Guimarães, 2005, p 28). A interdisciplinaridade, portanto, demonstra que o Serviço Social, na atualidade, é impelido a incluir na sua ação profissional esse novo elemento da realidade, que é a questão sócio-ambiental.

O Serviço Social, a exemplo da educação popular, pode, a partir da prática da sua função pedagógica, orientar sua ação profissional para a temática ambiental. O Serviço Social deve, para isso, ser capacitado, seja através de disciplinas específicas durante a graduação, através de cursos de capacitação e/ou especializações na área. Na sua atuação voltada para a superação da questão sócio-ambiental, o Serviço Social pode utilizar princípios da educação popular, como o fornecimento de elementos que possibilitarão uma nova leitura da realidade, através da identificação dos principais atores sociais, e dos papéis que desempenham na sociedade.

Uma maior compreensão da realidade é fundamental para a superação da questão sócio-ambiental. Um conhecimento amplo das causas dessa crise sócio-ambiental torna possível a formulação de sugestões e de alternativas criativas, por isso tal conhecimento, adquirido pelo maior número da população, é o princípio da solução dessa problemática atual. Para Reigota (1995, p 22) apud Leiras (2004, p 23):

Pensar em mudança radical da sociedade tendo como base uma perspectiva ecológica é uma utopia que não deve ser entendida como ingênua ou impossível, mas como um conjunto de idéias que tendem a gerar atividades visando mudanças no sistema prevalecente.

A proposta de mudança social relaciona-se fortemente ao Serviço Social a partir do movimento de reconceituação e de redimensionamento político da profissão, o que leva a concluir que o Serviço Social tem a possibilidade de contribuir estimulando a construção de uma nova realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual quadro de degradação ambiental, da perspectiva de esgotamento dos recursos naturais e dos inúmeros problemas sociais, surge a necessidade de estabelecer limites à ação humana, uma necessidade de mudança de atitudes, hábitos e práticas sociais.

Uma mudança que além de necessidade é um desafio, pois exige novos valores, muito deles opostos aos valores dominantes no sistema capitalista, como o lucro a qualquer custo, o individualismo, o “imediatismo” e o utilitarismo.

Os novos valores são baseados na convivência harmônica entre os seres humanos, na preservação da natureza, na diminuição do consumo, na busca pela superação das desigualdades sociais a nível local e global, na valorização da ética nas relações sociais, etc.

A educação ambiental vem sendo apontada como um instrumento capaz de possibilitar mudanças significativas para um desenvolvimento sustentável, e consta no artigo 225 da ordem social, capítulo VI, da Constituição da República Federativa do Brasil, o dever do poder público e a participação da coletividade em promover a Educação Ambiental.

O desafio político-ético da educação ambiental, segundo Jacobi (2005, p 247), encontra-se estreitamente vinculado ao processo do fortalecimento da democracia e da construção de uma cidadania ambiental. A Educação Ambiental fornecerá elementos para uma análise crítica do atual estilo de vida e para a construção de propostas criativas e efetivas. O papel dos educadores ambientais e a intervenção dos assistentes sociais a partir da perspectiva da educação ambiental, então, é essencial para impulsionar a formação de uma visão crítica, de valores e de uma ética para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Concretizar o Desenvolvimento Sustentável é um desafio da atualidade, embora romper com o estilo de vida urbano industrial e com esta cultura seja difícil e requer tempo. A realidade sócio-ambiental exige uma mudança, portanto o Desenvolvimento Sustentável é o ideal a ser buscado.

Está ficando cada vez mais evidente que os problemas ambientais não poderão ser resolvidos exclusivamente através de técnicas, devido à sua complexidade e ao seu caráter interdisciplinar. Vários autores apontam que só uma mudança cultural e de valores pode

mudar esse quadro. As ciências sociais têm um papel fundamental, na conscientização, para esse fim. “Como as relações sociedade-natureza permeiam todos os aspectos de nossas vidas, o “ambiental” é algo extremamente complexo e abrangente.” (Brügger, 1994, p 59)

Com a valorização da interdisciplinaridade, o Serviço Social também é impelido a participar na busca pela superação da questão sócio-ambiental. Para tanto, deve investir na sua formação e capacitação para atender com competência a essa demanda da contemporaneidade.

Os esforços do Serviço Social podem ser significativos em prol de uma nova cultura, ao estimular a participação social, como uma resposta e uma forma de adesão da população de um novo olhar e uma nova postura. O conhecimento superficial da realidade sócio-ambiental sem uma participação coletiva não provocará mudança. O que parece lógico, é que só com uma participação de fato haverá mudança efetiva.

Nesse sentido, o Serviço Social e as universidades deverão investir na formação de profissionais capacitados para intervir na questão sócio-ambiental. Sugerimos que o Departamento de Serviço Social da UFSC ofereça aos graduandos uma disciplina optativa especificamente sobre a relação do Serviço Social com essa nova expressão da questão social que é a problemática ambiental; e também, através da perspectiva da interdisciplinaridade, que essa temática esteja presente nas discussões em sala de aula e nos programas de outras disciplinas. Dessa forma, os novos profissionais poderão intervir nessa área com competência.

Espera-se que este Trabalho de Conclusão de Curso possa contribuir, a partir dessas propostas, no enfrentamento à questão sócio-ambiental, e em especial, para o reconhecimento por parte do Serviço Social de que a questão sócio-ambiental constitui um campo de trabalho para o Serviço Social.

A sociedade interfere no meio ambiente de tal forma, provocando impactos ambientais, que por sua vez interferem na qualidade de vida desta mesma sociedade. A ação humana em relação à natureza e aos recursos naturais vem resultando em riscos como o de extinção de mais espécies, de novos desequilíbrios ambientais, e o maior de todos que vem sendo apontado, o de ameaça à vida no planeta.

É esta relação sociedade – natureza que precisa ficar evidente, e que o Serviço Social através da função pedagógica pode esclarecer, para uma assimilação por parte da

população de um novo olhar, não apenas focando o aspecto econômico, e sim um olhar abrangente, que valorize os aspectos ambientais e sociais na mesma proporção que os demais aspectos. O Serviço Social pode participar na proposição de uma visão que integre sociedade e natureza, e do equilíbrio no desenvolvimento dos aspectos sociais.

O que precisa tornar-se evidente atualmente é que, o maior lucro é a conquista do bem-estar sócio-ambiental; e que o direito a um meio ambiente saudável deve se estender a todos, não apenas como direito, mas também como dever de todos, como propõe a Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 225, sobre o meio ambiente. Por isso, o enfrentamento à questão sócio-ambiental é um desafio para toda a sociedade, e também para o Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** Cortez. São Paulo, 2002.

ALMEIDA, Jalcione. **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?** 3ª edição. EDUNISC. Santa Cruz do Sul - RS, 2001.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos.** 2ª edição. Sextante. RJ, 2003.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Letras Contemporâneas. Florianópolis, 1994.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 21ª edição. UNIJUÍ e Vozes. Ijuí, 2000.

CATANI, Afrânio M. **O Que é Capitalismo?** 34ª edição. Brasiliense. São Paulo, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política – polêmicas do nosso tempo.** 5ª edição. Editora Autores Associados. 1996.

ELY, Fabiana R. **Serviço Social e Interdisciplinaridade.** Katálysis, vol. 6, nº 1. Florianópolis. 2003.

GÓMEZ, J. Andrés D.; AGUADO, Octavio V.; PÉREZ, Alejandro G. (orgs.). **Serviço Social e meio ambiente.** Cortez. São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação.** 7ª edição. Papirus. Campinas, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ª edição. Cortez. São Paulo, 2001.

IRIGALBA, Ana C. **A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico.** (Serviço Social e Meio ambiente), Cortez, 2005.

YAZBECK, Maria C. **O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo.** Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: reprodução social, trabalho e Serviço Social. UNB ABEPSS CFESS (p 89-99). Brasília, 2000.

JACOBI, Pedro R. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** Educação e Pesquisa (Revista da Faculdade de educação da USP). vol. 31, nº 2, Páginas 233- 247. São Paulo, 2005.

LEFF, Enrique. **Verde Cotidiano o meio ambiente em discussão.** Editora DPeA. RJ, 1999.

\_\_\_\_\_ **Saber Ambiental.** 2ª edição. Vozes. Petrópolis RJ. 2001.

LEIRAS, Carla B. **Questão Sócio-Ambiental: Um Desafio ao Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis 2004.

LIMA, Telma C. S. **A Intervenção Profissional do Serviço Social no Contexto da Cidadania e dos Direitos: Pensando as Ações Sócio-Educativas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 2003.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável – Meio ambiente e custos no moderno sistema produtor de mercadorias**. Editora da UFSC. Florianópolis, 2001.

MORAES, Antônio C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 3ª edição. HUCITEC. São Paulo, 2002.

NETTO, José P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. 2ª edição. In: *Temporalis*. 2004.

PEREIRA, Potyara. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania**. In: *Temporalis*. nº 3. Brasília, APEPSS, 2004.

REIGOTA, Marcos. **Serviço Social e meio ambiente**. *Prefácio*. Cortez. São Paulo, 2005.

SANTOS, Boaventura. S. **Seis Razões para pensar**. Lua Nova. nº 54. São Paulo, 2001.

SHARON, Joel M. **Concepção de Cultura e Valores – A Sociedade em Busca de Valores**. Saraiva. São Paulo, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **Serviço Social e Processo de Trabalho**. Caderno de texto nº 3 - CRESS 12ª Região. Florianópolis, 1998.

VARGAS, Paulo R. **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?** 3ª edição. EDUNISC. Santa Cruz do Sul - RS, 2001.

Revista Lato e Sensus. Editora Unama. vol. 6, nº 1. Belém, Junho de 2005.

Impacto da Revolução Tecnológica na Sociedade. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: < [www.pt.wikipedia.org/wiki/Impacto\\_da\\_Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Tecnol%C3%B3gica\\_na\\_sociedade](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Impacto_da_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Tecnol%C3%B3gica_na_sociedade) > Acesso em: 16 out 2006.



## ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Disciplina: SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL

Código: DSS 5605

Carga Horária: 2h/a semanais

Turma: 116 (1ª fase)

Professor: Ana Maria Baima Cartaxo

SEMESTRE 2005/1

1. EMENTA:

As expressões da realidade econômica, política, social e cultural brasileira.

2. OBJETIVOS:

2.1. Geral:

Possibilitar o exercício de uma leitura crítica da realidade, bem como o processo de construção do conhecimento desta realidade sob a ótica de um Serviço Social crítico e criativo.

2.2. Específicos:

- Identificar e compreender aspectos da realidade social, econômica, política e cultural brasileira.
- Sensibilizar o aluno para a realidade local, estadual e nacional.
- Possibilitar ao aluno a compreensão do trabalho do Serviço Social e sua relação com a questão social, tanto a nível local, nacional quanto internacional.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**Unidade I** – Realidade e cotidiano. O que é realidade? O que é o cotidiano? Alienação e ideologia. Atitude crítica diante da realidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUARTE JUNIOR, João Francisco. "Cai na Real". In. *O que é realidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p.7-16.

FALCÃO, Maria do Carmo. O Conhecimento da Vida Cotidiana: Base Necessária à Prática Social. In. *Cotidiano: conhecimentos de crítica*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 13-49.

CHAUÍ, Marilena. A Alienação Social; Ideologia. In. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 9-18; 90-108; e 170-176.

----- O Que é a Ideologia. Primeiros Passos, n.13, São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 7-31.

NETTO, José Paulo. Para a Crítica da Vida Cotidiana. In. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo, Cortez Editora, 1989, p.63-89.

Jornais e Revistas Informativas.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. 38º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos: 13)
- HELLER, Agnes. *O Quotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo, Livraria Editora. *Ciências Humanas*: 1981.

**Unidade II** – A realidade social e a questão social: múltiplas expressões e sua relação com o Serviço Social.

OBSERVAÇÃO DE CAMPO: Mercado Público, Praça XV, Rodoviária, Hospital Universitário, áreas periféricas X Jurerê Internacional, shoppings.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- NETTO, José Paulo. Cinco Notas da “Questão Social”. *Temporális*, n. 3, 2001, p.41-49.
- VIDEO – Cronicamente Inviável.
- POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (orgs). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, p.13-34.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. ESTADO DE SANTA CATARINA. *Atlas de Exclusão Social do Estado de Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa.
- Jornais e Revistas Informativas.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997, p.39-47.
- REVISTA TEORIA E POLÍTICA. Müller, Wilson Luiz. Filosofia e Ação Política. N. 12. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p.125-144.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, Robert et al. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1997, p.49-159.

**Unidade III** – O Conhecimento Científico da Realidade e a Inserção do Serviço Social nesse processo.

OBSERVAÇÃO: Conhecimento dos Vários Núcleos de Estudo e Pesquisa do Departamento de Serviço Social.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DUARTE JUNIOR, João Francisco. A Realidade Científica. In. *O Que é Realidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p.89-101.

SOUZA, José Herbert. *O que é Análise de Conjuntura*. Coleção Primeiros Passos, Cortez Editora.  
Jornais e Revistas Informativas.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTEL, Roberto. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1995, Prefácio.

CHAVES, Luis Carlos. *O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e a Participação Popular em Florianópolis: Conflito e Luta Política*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, 2001, CAP. 2, p.33-51 e p.127-137.

LAGÔA, Ana. *Como se faz para sobreviver com um salário mínimo*. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1984. (Coleção Fazer)

#### 4. PROCEDIMENTO DIDÁTICO:

- Aulas expositivas com debate.
- Seminário, estudos dirigidos e debates.
- Oficinas: vídeos, contato e observação da realidade.

#### 5. AVALIAÇÃO:

A Avaliação constará de provas individuais, sem consulta, trabalhos em grupos, apresentação de Seminários. E também da assiduidade às aulas, pontualidade, participação efetiva durante as aulas.

O artigo 26, em seu parágrafo 2º da Resolução 018/Cun/96, prevê que o aluno, com frequência suficiente, que apresentar aproveitamento insuficiente, terá direito a uma nova avaliação prevista no Plano de Ensino desde que a sua média final não seja inferior a 3,0 (três). A nova avaliação abrangerá o conteúdo da disciplina ministrado durante o semestre.

#### 6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

ABRIL –

Dia 13 – Seminário – grupos – acerca da I unidade, baseado em pesquisa. (Peso 1)

Dia 20 – Prova Individual, sem consulta dos textos dados e produzidos pelos grupos do Seminário. (Peso 4)

MAIO –

Visita a campo e Relatório – data a combinar. (Peso 1)

JUNHO –

Dia 15 – Seminário – grupos – acerca da II Unidade, baseado em Pesquisa. (Peso 1)

Dia 22 – Prova individual sem consulta – acerca dos textos dados e os produzidos pelos grupos do seminário. (Peso 4)

Dia 29 – Prova de recuperação – individual e sem consulta constando de toda matéria dada na disciplina, conforme o disposto no item Avaliação.

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Serviço Social

**01- IDENTIFICAÇÃO**

Disciplina: Serviço Social e Pensamento Contemporâneo

Código: DSS 5125

Carga Horária: 4h/a semanais – 72 horas – 2ª fase

Semestre: 2006/1

**02 – EMENTA:** O Serviço Social e o debate contemporâneo referente à concepção de sociedade, valores, história e instituição. A questão social na contemporaneidade.

**03 – OBJETIVOS**

**GERAL:** Identificar os dilemas contemporâneos da Questão Social e perspectivas da formação e da intervenção profissional.

**ESPECÍFICOS:** Possibilitar às (aos) alunas(os):

- conhecer as diferentes concepções de Globalização e identificar seus impactos no âmbito da Sociedade, em nível mundial;
- visualizar as repercussões da Globalização para o Serviço Social na esfera do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil;
- conhecer e identificar as diferentes concepções de questão social, sua origem e quais os elementos que permanecem e que cruzam os diferentes estágios capitalistas;
- conhecer algumas expressões da questão social: as relações de gênero, violência, pobreza e exclusão no contexto da sociedade brasileira.

**04 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE GLOBALIZAÇÃO E SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES SOCIAIS EM NÍVEL MUNDIAL.**

**1. A produção da Globalização como ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista: o mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade.**

Texto básico: SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2001, p.17-78.

**2. O impacto da Globalização na Sociedade em nível mundial – a mercadorização dos serviços de assistência.**

Texto básico: HOCHSCHILD, Arlie Russell. *As cadeias globais de Assistência e a mais-valia emocional*. In: HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony. *No limite da racionalidade – convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p.187-209.

### **3. O Serviço Social frente à globalização: desafios e perspectivas.**

Texto básico: FALEIROS, V. P. *Desafios do Serviço Social na era da Globalização*. In. Serviço Social e Sociedade (61). São Paulo, Cortez, nov./1999, p.152-186.

**UNIDADE II – A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO ESPECÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL. A ORIGEM DA CATEGORIA, CONCEPÇÕES ATUAIS NO SERVIÇO SOCIAL E ALGUMAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.**

#### **1. Concepções sobre Questão Social a partir de diferentes autores.**

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109) p. 16-44.

YAZBEK, Carmelita. *Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil*. In. **Temporalis** n. 3, Brasília, ABEPSS, 2004, p.33-39.

PEREIRA, Potuara A. *Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania*. In. **Temporalis** n. 3, Brasília, ABEPSS, 2004, p.51-61.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Acerca do objeto do Serviço Social: uma proposta de construção*. In. FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2001, P.27-41.

IAMAMOTO, Marilda V. *A Questão Social no Capitalismo*. In. **Temporalis** n. 3, Brasília, ABEPSS, 2004, p. 9-32.

#### **2. Algumas expressões da Questão Social: o Serviço Social e as relações de gênero.**

Texto básico: LISBOA, Teresa Kleba & PINHEIRO, Eliane. *A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher*. In. Revista **Katálysis**. Florianópolis, Editora da UFSC, julho/dezembro de 2005, p.199-210.

**5 – PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:** A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas, dialogadas, estudos dirigidos, atividades de grupo e exercícios didáticos, possibilitando a participação de todos e facilitando a aprendizagem. Os alunos deverão entregar uma ficha leitura dos textos básicos de cada unidade que constam na bibliografia, no decorrer dos respectivos encontros (aulas).

**6 – AVALIAÇÃO:** O processo avaliativo compreenderá 75% de frequência, leitura dos textos e participação em sala de aula. O aluno que tiver mais de 18 faltas (cada encontro semanal corresponde a quatro horas aula), será reprovado por Frequência Insuficiente. Serão realizadas **duas avaliações escritas**, uma no final de cada unidade programática, cada qual com peso 4 (quatro). A entrega das fichas de leitura será anotada pela professora e controlada através de uma planilha e também terá peso 2, totalizando ao final, média 10 (dez); ao aluno que não comparecer às avaliações será atribuída nota 0 (zero) (conf. Resolução n. 17/Cun/97, capítulo IV, art. 70).

## 7 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMANN, S. B. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: **Serviço Social e Sociedade** (55). São Paulo, Cortez, nov. 1997, p.84-104.
- CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In. **Serviço Social e Realidade** (57). São Paulo, Cortez, jul./1998.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia, YAZBECK, Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997, p.15-48.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Debate CRESS-CE (6), Fortaleza, 1997, p.5-32.
- MAGALHÃES, C. M. Encardidas(os) da e na história: gênero e ecologia. In. **Serviço Social e Sociedade** (64). São Paulo, Cortez, nov./2000, p.78-96.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In. **Serviço Social e Sociedade** (57). São Paulo, Cortez, julho/1998, p. 133-148.
- MORIN, E. & PRIGOCINE, I. **A sociedade em busca de valores – para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In. SCHWARCZ, L & QUEIROZ, R. **Raça e Diversidade**. São Paulo, EDUSP. 1996.
- OLIVEIRA, M. A. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. In. **Serviço Social e Sociedade** (56). São Paulo, Cortez, mar./1998, p.23-33.
- PONTES, L. & BAVA, S. C. As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático. In. **Serviço social e Sociedade** (50). São Paulo, Cortez, abril/1996, p.133-142.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999, capítulo 3: ONGs Latino-Americanas construindo redes cidadãs, p. 39-58.
- SEOANE, J. & TADDEI, E. De Seattle a Porto Alegre – passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In. SEOANE, J. & TADDEI, E. **Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, Vozes & CLACSO & LPP, 2001, p.149-185.
- SOUZA, Luiz Alberto G. Lições do Fórum Social Mundial. In. **Serviço Social e sociedade** (66). São Paulo, Cortez, julho/2001, p.34-48.
- SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e processos de exclusão social. In. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília, CEAD, 1999, p.60-76.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Parte III: Os (des) caminhos da Globalização. Rio de Janeiro, Record, 1997, p.70-109.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia, YAZBECK, Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997, p.49-160.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL

Código: DSS 5800

Carga Horária: 4h/a semanais

Turma: 816 e 884 (8ª fase)

Professor: Márcia Regina Ferrari – Matutino

Carolina Hoeller da Silva – Noturno

Semestre 2004/2

### 1 – EMENTA

Discussão de questões emergentes no Serviço Social, de forma a complementar a formação do aluno concluinte, em especial aquelas que orientam o Trabalho de Conclusão de Curso.

### 2 – OBJETIVOS

#### **Geral:**

Contribuir com o aluno neste momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional construídos ao longo de sua formação acadêmica.

#### **Específicos:**

- Complementar conteúdos fundamentais para a formação do aluno concluinte;
- Orientar o aluno na sistematização de seu conhecimento, resultante de um processo investigativo gerado ao longo do curso.

### 3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Levantamento dos temas do TCC.
- Encaminhamento dos alunos para processo de orientação individualizada, junto aos professores do DSS.
- As Diretrizes de TCC e Normas para elaboração do TCC no DSS.
- Elementos constitutivos da monografia.
- A defesa do TCC.
- Outros temas complementares:
  - Normas/técnicas Digitação e TCC
  - Português
  - Referência Bibliográfica
  - CRESS
  - Desenvolvimento Sustentável/Educação Ambiental
  - Conselhos
  - Assessoria/Consultoria



- Pareceres
- Sebrae
- Seguridade Social
- Curriculum – Elaboração
- alcoolismo/Drogodependência
- ONGs (debate)

#### 4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HÜBNER, Maria Marta. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação** (de mestrado e doutorado). São Paulo: Pioneira: Mackenzie, 1998.
- D'OROFINO, Salvatore. **Metodologia do trabalho intelectual**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NORMAS da ABNT.
- A ser indicadas oportunamente conforme tema.

#### 5 – PROCEDIMENTO DIDÁTICO

O diálogo e o debate será o principal instrumento no processo de ensino aprendizagem da disciplina. Créditos serão cumpridos através do ensino teórico e orientações individualizadas, juntamente com o professor orientador, definido pelo DSS e está previsto viagem de estudo.

#### 6 – AVALIAÇÃO

A nota da disciplina será aquela atribuída ao trabalho de conclusão de curso, quando da defesa deste em Banca Examinadora e entrega do trabalho devidamente encadernado na secretaria do DSS e da Presença e participação nos debates dos temas desenvolvidos na disciplina.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, redigido na ECO-92, estabelece os seguintes princípios:

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturais locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica; isto implica em uma revisão da história dos povos nativos para modificar Os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas do conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às

necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.